

RELATÓRIO DE AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA



**BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO
(BID)**

**DEPARTAMENTO ESTADUAL
DE INFRAESTRUTURA
(DEINFRA)**

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR

**EXERCÍCIO 2015
(TERCEIRO RELATÓRIO)**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHEIROS

Luiz Roberto Herbst, Presidente
Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Vice-Presidente
César Filomeno Fontes, Corregedor Geral
Herneus João de Nadal
Julio César Garcia
Luiz Eduardo Cheren
Wilson Rogério Wan-Dall

AUDITORES

Cleber Muniz Gavi
Gerson dos Santos Sicca
Sabrina Nunes Iocken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC

Aderson Flores, Procurador-Geral

DIRETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Carlos Tramontin

DIRETOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS

Roberto Silveira Fleischmann

COORDENADORA DA INSPETORIA 1/DAE

Michelle F. De Conto El Achkar

EQUIPE DE AUDITORIA

Antônio César Maliceski
Leonir Santini
Luiz Alexandre Steinbach

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Abril de 2016

SUMÁRIO

Sumário Executivo	3
Lista de Siglas	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	7
Demonstrações Financeiras	10
Notas Explicativas	14
Relatório dos Auditores Independentes sobre o Cumprimento das Cláusulas Contratuais de Caráter Contábil e Financeiro e do Regulamento Operacional do Programa Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras.....	21
Cumprimento das Cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR- Exercício de 2015.....	23
Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras	35
1. Controle interno do Programa	38
1.1. Entendimento da Unidade	38
2. Componentes do Controle Interno	41
2.1. Ambiente de Controle	41
2.2. Avaliação de Risco	42
2.3. Atividades de Controle	42
2.4. Informações e Comunicações	45
2.5. Monitoramento	46
3. Carta Gerencial	48
3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações	48
3.2. Avaliação do Cumprimento da Recomendação do Exercício Anterior.....	48
3.3. Achado da Auditoria do exercício de 2015.....	49
4. Resumo das Recomendações da Auditoria	61
4.1. Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)	61
Glossário de Termos e Expressões	62
Apêndice	63
Relatório de Inspeção	

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Informações da Unidade

Natureza do Trabalho:	Auditoria Financeira do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina
Exercício Auditado:	2015
Unidade Auditada:	Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA

2. Identificação do Programa

Programa:	Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI)
Objetivo:	Contribuir para o crescimento descentralizado, equilibrado e sustentável do Estado de Santa Catarina, mediante a construção, pavimentação e reabilitação da infraestrutura viária estadual.
Contrato de Empréstimo:	BID nº 2900/OC-BR
Recursos Envolvidos:	US\$ 367.510.000,00 (Trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dez mil dólares)
Gestor da Copre:	Eng.º Civil Flávio Volpato – Consultor de Programas Especiais

3. Escopo da Auditoria

A auditoria foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria e segundo as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas Demonstrações Financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Na auditoria do exercício de 2015 foi realizada a avaliação da confiabilidade dos procedimentos contábeis e administrativos e dos controles internos, exame da documentação comprobatória de 100% das origens, revisão de 25,49% (amostra) dos processos de liquidação e pagamentos de despesas, exame dos processos licitatórios concluídos (amostra) e verificação do cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial, leis e disposições oficiais pertinentes às operações realizadas.

LISTA DE SIGLAS

AFCE	Auditor Fiscal de Controle Externo
APPE	Assessoria para Projetos Especiais
BB	Banco do Brasil
BID/Banco	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBR	Documento oficial de comunicação externa do BID
CCO	Sistema de Contratos, Consultoria, Fiscalização e Projetos
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIASC	Centro de Informática e Automação de Santa Catarina
CONGE	Consultoria de Controle de Gestão – DEINFRA
Copre	Coordenadoria de Programas Especiais – DEINFRA
COSO	<i>Committee on Sponsoring Organizations</i> - método de avaliação do sistema de controle interno
DAE	Diretoria de Atividades Especiais
DEINFRA	Departamento Estadual de Infraestrutura
DICD	Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública – SEF
DUMP	(tipo de backup que importa e exporta os dados)
EUA	Estados Unidos da América
GEDIP	Gerência da Dívida Pública - SEF
GN-2349-9	Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, de março de 2011
GN-2350-9	Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de março de 2011
Intosai	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
Km	Quilômetro
LPI	Licitação Pública Internacional
M	Metro
NG	Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR
OAC	Obra de Arte Corrente
PA	Plano de Aquisições
PF	Ponto final

PGE	Procuradoria Geral do Estado
R\$	Real
SC	Estado de Santa Catarina
SDP	Solicitação de Propostas
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
SGPI	Sistema Gerencial de Programa de Investimentos
SICOP	Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas
SIE	Secretaria de Estado da Infraestrutura
Sigef	Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
SQM	Sistema de Quantitativos e Medição
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TA	Termo Aditivo
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TP	Tomada de Preço
TI	Tecnologia da Informação
US\$	Dólar dos Estados Unidos da América do Norte

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

**AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE
SANTA CATARINA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)

Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e a Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.03, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa); com as cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR; e com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009, bem como pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com os requisitos de auditoria previstos no contrato de empréstimo e com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Programa, com vistas a planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período findo em 31/12/15 e os investimentos acumulados do Programa em 31/12/15, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa), com as cláusulas do

Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009 e com as políticas contábeis mencionadas no item 2 das notas explicativas.

Florianópolis, 14 de abril de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo

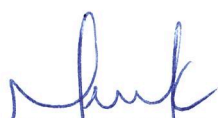


LEONIR SANTINI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH
Auditor Fiscal de Controle Externo

Revisado.
Florianópolis, 20/04/16.



MICHELLE F. DE CONTO EL ACHKAR
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.
Florianópolis, 20/04/16.



ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Diretor da DAE



Empréstimo: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

(Expresso em US\$ - Dólares)

Período terminado em 2015

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	87.263.657,24	24.754.631,54	112.018.288,78
DURANTE O PERÍODO	25.000.000,00	21.998.673,76	46.998.673,76
Desembolso (Antecipação/reembolsos,pagto)	25.000.000,00	21.703.526,32	46.703.526,32
Rendimentos de Aplicação Financeira Fonte BID	0,00	454.805,42	454.805,42
Ajuste de saldo variação cambial	0,00	-159.657,98	-159.657,98
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	112.263.657,24	46.753.305,30	159.016.962,54
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do período	85.581.506,62	23.831.071,79	109.412.578,41
Durante o período	24.959.149,95	22.576.498,50	47.535.648,45
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID até nº 19	26.409.375,80	18.712.404,04	45.121.779,84
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa nº 21	2.752.347,18	4.450.550,44	7.202.897,62
Ajuste de exercício anterior	-4.202.573,03	-586.455,98	-4.789.029,01
TOTAL DESEMBOLSADO	110.540.656,57	46.407.570,29	156.948.226,86
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	1.723.000,67	345.735,02	2.068.735,69

Período terminado em 2014

BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
62.263.657,24	7.721.145,87	69.984.803,11
25.000.000,00	17.033.485,67	42.033.485,67
25.000.000,00	16.476.085,53	41.476.085,53
0,00	601.341,53	601.341,53
0,00	-43.941,39	-43.941,39
87.263.657,24	24.754.631,54	112.018.288,78
41.988.923,04	7.342.262,11	49.331.185,15
43.592.583,58	16.488.809,68	60.081.393,26
42.691.304,23	16.273.880,05	58.965.184,28
4.202.573,03	586.455,98	4.789.029,01
-3.301.293,68	-371.526,35	-3.672.820,03
85.581.506,62	23.831.071,79	109.412.578,41
1.682.150,62	923.559,75	2.605.710,37

Engº Civil Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais - DEINFRA



Empréstimo: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Expresso em R\$ - Reais)

Período terminado em 2015

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do período	194.211.955,65	57.801.986,79	252.013.942,44
DURANTE O PERÍODO			
Durante o período	84.780.000,00	84.993.710,49	169.773.710,49
Desembolso (Antecipação/reembolsos, pagto diretos)	84.780.000,00	83.195.618,99	167.975.618,99
Rendimentos de Aplicação	0,00	1.774.150,81	1.774.150,81
Ajuste de saldo variação cambial	0,00	23.940,69	23.940,69
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS	278.991.955,65	142.795.697,28	421.787.652,93
DESEMBOLSO EFETUADOS			
Acumulado no início do período	190.104.143,83	55.349.381,51	245.453.525,34
Durante o período	82.357.638,88	86.096.497,11	168.454.135,99
Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID até nº 19	82.020.828,76	69.125.657,86	151.146.486,62
Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa nº 21	10.431.395,83	18.492.927,13	28.924.322,96
Ajuste de exercício anterior	-10.094.585,71	-1.522.087,88	-11.616.673,59
TOTAL DESEMBOLSADO	272.461.782,71	141.445.878,62	413.907.661,33
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	6.530.172,94	1.349.818,66	7.879.991,60

Período terminado em 2014

BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
137.363.955,65	17.151.069,76	154.515.025,41
56.848.000,00	40.650.917,03	97.498.917,03
57.060.000,00	39.052.633,24	96.112.633,24
0,00	1.596.156,56	1.596.156,56
-212.000,00	2.127,23	-209.872,77
194.211.955,65	57.801.986,79	252.013.942,44
90.006.837,21	16.263.724,00	106.270.561,21
100.097.306,62	39.085.657,51	139.182.964,13
97.225.951,56	38.430.303,49	135.656.255,05
10.094.585,71	1.522.087,88	11.616.673,59
-7.223.230,65	-866.733,86	-8.089.964,51
190.104.143,83	55.349.381,51	245.453.525,34
4.107.811,82	2.452.605,28	6.560.417,10

Engº Civil Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais - DEINFRA



Empréstimo: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Em US\$

Exercício: Findo em 31/12/2015

CATEGORIA DE INVERSÃO	ORÇAMENTO VIGENTE			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2014			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2015			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2015			ORÇAMENTO A REALIZAR		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	19.100.000,00	3.850.000,00	22.950.000,00	4.316.457,97	625.175,05	4.941.633,02	1.909.638,88	123.386,30	2.033.025,18	6.226.096,85	748.561,35	6.974.658,20	12.873.903,15	3.101.438,65	15.975.341,80
1.1 ESTUDOS E PROJETOS	6.750.000,00	1.750.000,00	8.500.000,00	0,00	56.198,80	56.198,80	0,00	0,00	0,00	0,00	56.198,80	56.198,80	6.750.000,00	1.693.801,20	8.443.801,20
1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	12.150.000,00	2.100.000,00	14.250.000,00	4.316.457,97	568.976,25	4.885.434,22	1.909.638,88	123.386,30	2.033.025,18	6.226.096,85	692.362,55	6.918.459,40	5.923.903,15	1.407.637,45	7.331.540,60
1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO	228.050.000,00	92.840.000,00	320.890.000,00	81.183.152,17	15.598.234,27	96.781.386,44	22.340.977,05	19.406.779,85	41.747.756,90	103.524.129,22	35.005.014,12	138.529.143,34	124.525.870,78	57.834.985,88	182.360.856,66
2.1 CONSTRUÇÃO	58.940.000,00	25.265.000,00	84.205.000,00	24.057.467,15	6.043.907,59	30.101.374,74	2.178.445,98	2.418.744,90	4.597.190,88	26.235.913,13	8.462.652,49	34.698.565,62	32.704.086,87	16.802.347,51	49.506.434,38
2.2 PAVIMENTAÇÃO	61.850.000,00	38.970.000,00	100.820.000,00	18.265.332,57	6.549.765,00	24.815.097,57	4.444.157,51	5.222.789,12	9.666.946,63	22.709.490,08	11.772.554,12	34.482.044,20	39.140.509,92	27.197.445,88	66.337.955,80
2.3 REABILITAÇÃO	83.630.000,00	20.935.000,00	104.565.000,00	32.123.240,57	584.826,17	32.708.066,74	12.624.562,22	11.050.967,59	23.675.529,81	44.747.802,79	11.635.793,76	56.383.596,55	38.882.197,21	9.299.206,24	48.181.403,45
2.4 SEGURANÇA VIÁRIA	2.925.000,00	2.925.000,00	5.850.000,00	0,00	970.862,15	970.862,15	0,00	26.876,54	26.876,54	0,00	997.738,69	997.738,69	2.925.000,00	1.927.261,31	4.852.261,31
2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS	2.750.000,00	2.750.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00	2.750.000,00	5.500.000,00
2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS	17.955.000,00	1.995.000,00	19.950.000,00	6.737.111,88	1.448.873,36	8.185.985,24	3.093.811,34	687.401,70	3.781.213,04	9.830.923,22	2.136.275,06	11.967.198,28	8.124.076,78	-141.275,06	7.982.801,72
3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	2.850.000,00	4.220.000,00	7.070.000,00	81.896,48	1.357.117,60	1.439.014,08	708.534,02	426.368,06	1.134.902,08	790.430,50	1.783.485,66	2.573.916,16	2.059.569,50	2.436.514,34	4.496.083,84
3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	675.000,00	825.000,00	1.500.000,00	0,00	12.724,15	12.724,15	0,00	181.016,04	181.016,04	0,00	193.740,19	193.740,19	675.000,00	631.259,81	1.306.259,81
3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO	1.575.000,00	2.795.000,00	4.370.000,00	81.896,48	1.344.393,45	1.426.289,93	708.534,02	245.352,02	953.886,04	790.430,50	1.589.745,47	2.380.175,97	784.569,50	1.205.254,53	1.989.824,03
3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA	600.000,00	600.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00	1.200.000,00
4 CUSTOS RECORRENTES	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	4.511.032,94	4.511.032,94	0,00	1.063.063,13	1.063.063,13	0,00	5.574.096,07	5.574.096,07	0,00	-2.074.096,07	-2.074.096,07
4.1 DESAPROPRIAÇÕES	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	4.511.032,94	4.511.032,94	0,00	1.063.063,13	1.063.063,13	0,00	5.574.096,07	5.574.096,07	0,00	-4.074.096,07	-4.074.096,07
4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
5 CUSTOS FINANCEIROS	0,00	13.100.000,00	13.100.000,00	0,00	1.739.511,93	1.739.511,93	0,00	1.556.901,16	1.556.901,16	0,00	3.296.413,09	3.296.413,09	0,00	9.803.586,91	9.803.586,91
5.1 JUROS	0,00	11.400.000,00	11.400.000,00	0,00	945.505,58	945.505,58	0,00	1.186.361,67	1.186.361,67	0,00	2.131.867,25	2.131.867,25	0,00	9.268.132,75	9.268.132,75
5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00	794.006,35	794.006,35	0,00	370.539,49	370.539,49	0,00	1.164.545,84	1.164.545,84	0,00	535.454,16	535.454,16
TOTAL	250.000.000,00	117.510.000,00	367.510.000,00	85.581.506,62	23.831.071,79	109.412.578,41	24.959.149,95	22.576.498,50	47.535.648,45	110.540.656,57	46.407.570,29	156.948.226,86	139.459.343,43	71.102.429,71	210.561.773,14

Engº Civil Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais - DEINFRA



Empréstimo: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Em Reais

Exercício: Findo em

31/12/2015

CATEGORIA DE INVERSÃO	ORÇAMENTO VIGENTE (*)			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2014			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO 2015			ACUMULADO DO EXERCÍCIO 2015			ORÇAMENTO A REALIZAR		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO	38.985.010,00	7.858.235,00	46.843.245,00	9.559.727,19	1.391.968,40	10.951.695,59	5.941.749,23	458.747,59	6.400.496,82	15.501.476,42	1.850.715,99	17.352.192,41	23.483.533,58	6.007.519,01	29.491.052,59
1.1 ESTUDOS E PROJETOS	13.777.425,00	3.571.925,00	17.349.350,00	0,00	119.388,72	119.388,72	0,00	0,00	0,00	0,00	119.388,72	119.388,72	13.777.425,00	3.452.536,28	17.229.961,28
1.2 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	24.799.365,00	4.286.310,00	29.085.675,00	9.559.727,19	1.272.579,68	10.832.306,87	5.941.749,23	458.747,59	6.400.496,82	15.501.476,42	1.731.327,27	17.232.803,69	9.297.888,58	2.554.982,73	11.852.871,31
1.3 AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	408.220,00	0,00	408.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408.220,00	0,00	408.220,00
2 OBRAS CIVIS E SUPERVISÃO	465.472.855,00	189.495.724,00	654.968.579,00	180.344.425,45	36.177.473,38	216.521.898,83	74.167.381,97	74.264.607,40	148.431.989,37	254.511.807,42	110.442.080,78	364.953.888,20	210.961.047,58	79.053.643,22	290.014.690,80
2.1 CONSTRUÇÃO	120.302.434,00	51.568.391,50	171.870.825,50	54.033.068,20	14.095.487,14	68.128.555,34	6.642.444,56	9.419.992,82	16.062.437,38	60.675.512,76	23.515.479,96	84.190.992,72	59.626.921,24	28.052.911,54	87.679.832,78
2.2 PAVIMENTAÇÃO	126.242.035,00	79.541.667,00	205.783.702,00	41.062.912,97	15.234.648,61	56.297.561,58	14.637.029,00	19.294.416,68	33.931.445,68	55.699.941,97	34.529.065,29	90.229.007,26	70.542.093,03	45.012.601,71	115.554.694,74
2.3 REABILITAÇÃO	170.697.193,00	42.730.428,50	213.427.621,50	70.311.974,80	1.305.273,54	71.617.248,34	42.981.819,57	42.816.489,44	85.798.309,01	113.293.794,37	44.121.762,98	157.415.557,35	57.403.398,63	-1.391.334,48	56.012.064,15
2.4 SEGURANÇA VIÁRIA	5.970.217,50	5.970.217,50	11.940.435,00	0,00	2.241.228,19	2.241.228,19	0,00	102.034,09	102.034,09	0,00	2.343.262,28	2.343.262,28	5.970.217,50	3.626.955,22	9.597.172,72
2.5 MELHORIAS AMBIENTAIS	5.613.025,00	5.613.025,00	11.226.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.613.025,00	5.613.025,00	11.226.050,00
2.6 SUPERVISÃO DE OBRAS	36.647.950,50	4.071.994,50	40.719.945,00	14.936.469,48	3.300.835,90	18.237.305,38	9.906.088,84	2.631.674,37	12.537.763,21	24.842.558,32	5.932.510,27	30.775.068,59	11.805.392,18	-1.860.515,77	9.944.876,41
3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	5.817.135,00	8.613.442,00	14.430.577,00	199.991,19	3.084.414,11	3.284.405,30	2.248.507,68	1.480.543,00	3.729.050,68	2.448.498,87	4.564.957,11	7.013.455,98	3.368.636,13	4.048.484,89	7.417.121,02
3.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	1.377.742,50	1.683.907,50	3.061.650,00	0,00	33.024,27	33.024,27	0,00	700.249,97	700.249,97	0,00	733.274,24	733.274,24	1.377.742,50	950.633,26	2.328.375,76
3.2 OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO	3.214.732,50	5.704.874,50	8.919.607,00	199.991,19	3.051.389,84	3.251.381,03	2.248.507,68	780.293,03	3.028.800,71	2.448.498,87	3.831.682,87	6.280.181,74	766.233,63	1.873.191,63	2.639.425,26
3.3 APOIO À SIE E AO DEINFRA	1.224.660,00	1.224.660,00	2.449.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.224.660,00	1.224.660,00	2.449.320,00
4 CUSTOS RECORRENTES	0,00	7.143.850,00	7.143.850,00	0,00	10.760.228,78	10.760.228,78	0,00	4.417.239,87	4.417.239,87	0,00	15.177.468,65	15.177.468,65	0,00	-8.033.618,65	-8.033.618,65
4.1 DESAPROPRIAÇÕES	0,00	3.061.650,00	3.061.650,00	0,00	10.760.228,78	10.760.228,78	0,00	4.417.239,87	4.417.239,87	0,00	15.177.468,65	15.177.468,65	0,00	-12.115.818,65	-12.115.818,65
4.2 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	4.082.200,00	4.082.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.082.200,00	4.082.200,00
5 CUSTOS FINANCEIROS	0,00	26.738.410,00	26.738.410,00	0,00	3.935.296,84	3.935.296,84	0,00	5.475.359,25	5.475.359,25	0,00	9.410.656,09	9.410.656,09	0,00	17.327.753,91	17.327.753,91
5.1 JUROS	0,00	23.268.540,00	23.268.540,00	0,00	2.165.526,36	2.165.526,36	0,00	4.199.610,94	4.199.610,94	0,00	6.365.137,30	6.365.137,30	0,00	16.903.402,70	16.903.402,70
5.2 COMISSÃO DE CRÉDITO	0,00	3.469.870,00	3.469.870,00	0,00	1.769.770,48	1.769.770,48	0,00	1.275.748,31	1.275.748,31	0,00	3.045.518,79	3.045.518,79	0,00	424.351,21	424.351,21
TOTAL	510.275.000,00	239.849.661,00	750.124.661,00	190.104.143,83	55.349.381,51	245.453.525,34	82.357.638,88	86.096.497,11	168.454.135,99	272.461.782,71	141.445.878,62	413.907.661,33	237.813.217,29	98.403.782,38	336.216.999,67

(*) Obs: taxa do dólar utilizada R\$ 2,0411 conforme data de assinatura do contrato 09/01/2013

Engº Civil Flávio Volpato

Consultor de Programas Especiais - DEINFRA



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO (EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR)

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – Etapa VI, representa para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária de Santa Catarina, a consolidação e a continuidade de uma vitoriosa parceria entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As metas físicas estabelecidas, para as diversas categorias de investimentos, contemplam setores importantes como ampliação da malha rodoviária e conservação do patrimônio existente, mediante ações específicas de reabilitação do pavimento das rodovias.

É oportuno destacar, que a atenção dispensada para a área de planejamento, fortalecimento institucional, na área de Gestão Ambiental e de Segurança Viária, dão características marcantes a este projeto, cujo resultado deverá reforçar a Instituição responsável pelo gerenciamento da malha rodoviária, o DEINFRA.

1.1. Contratos Firmados:

Até 31 de dezembro de 2015, foram firmados contratos de obras referentes às categorias de inversão, 2.1 - Construção no valor de US\$ 59.049.630,48, correspondente a 21,721 km, 2.2 - Pavimentação de Rodovias no valor de US\$ 74.470.479,92, correspondente a 88,492 km, e 2.3 - Reabilitação de Rodovias no valor de US\$ 161.032.282,02, correspondente a 190,066 km.

1.2. Obras Concluídas:

Até o final do exercício de 2015, foram concluídas quatro obras de Reabilitação, totalizando 88,135 km.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS - APROPRIAÇÕES DE CUSTO:

2.1. O Sistema de Contabilidade adotado pelo DEINFRA/SC é o utilizado pelo Estado de Santa Catarina, "Contabilidade Pública Direta", obedecidas as normas da Lei Federal nº 4320/64, sendo orientado pela "DCOG" - Diretoria de Contabilidade Geral do Estado - Órgão Centralizador". Todas as atividades contábeis exercidas pelo DEINFRA/SC vão ao encontro das Determinações e Normas estabelecidas pelo Plano de Contas Único no Estado, e pelo orçamento aprovado pela Lei nº 16.530 de 23/12/2014. O Plano de Contas do DEINFRA/SC (órgão executor) possui contas separadas evidenciando o projeto BID VI, em seu montante, excetuando-se os custos financeiros que são encargos do Mutuário, apresentando ainda em separado, as fontes de origem dos recursos - BID VI e Contrapartida.

A Consultoria de Programas Especiais, mantém registros extracontábeis, utilizando-se o princípio de "regime de caixa", os quais permitem identificar as inversões efetuadas no Projeto, além do Registro dos Serviços Contratados, demonstrando o progresso dos mesmos.

Ressalta-se que as despesas registradas na categoria de inversão 2.3, foram pagas nos anos de 2014 e 2015, porém, apropriadas às demonstrações financeiras deste exercício, o que difere do regime de caixa acima citado. Essas despesas foram aprovadas pelo BID mediante os CBRs nº 2352/15, 2354/15 e 2356/15.



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

2.2. Taxas de Câmbio

2.2.1. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos do empréstimo, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de fechamento do câmbio.

2.2.2. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos de contrapartida local é a da data de apresentação da Solicitação de Desembolso ao BID.

2.2.3. A taxa de câmbio dos custos financeiros, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de câmbio da data da operação.

2.2.4. A taxa de câmbio utilizada para conversão, de moeda nacional para dólar norte americano, dos rendimentos de aplicações financeiras é a de 31/12/2015.

3. FUNDOS DISPONÍVEIS:

3.1. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – Agência GECEX Brasília, conta nº 82.951.229-BB apresenta saldo em 31/12/2015, no valor de US\$ 31.311,68, resultantes de ganhos de aplicações financeiras. O correspondente saldo da conta, em moeda nacional, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 3,9042, referente ao dia 31/12/2015, é de R\$ 122.247,06.

3.2. Conciliação Bancária – Conta Banco do Brasil – nº 9527-3 – apresenta o saldo, em 31/12/2015, de R\$ 6.652.362,78, sendo R\$ 6.530.172,94, referente ao Desembolso nº 16 correspondente a US\$ 1.723.000,78, obtido utilizando taxa de contrato de câmbio 3,7900, e R\$ 122.189,84 ganhos de aplicação financeira, correspondente a US\$ 31.297,02, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 3,9042, referente ao dia 31/12/2015.

3.3. Ganhos de Aplicação Financeira no exercício de 2015

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	12.137,66	47.387,85
Conta Bancária nº 9527-3 – B.B. *	417.020,40	1.626.630,52
Conta Bancária nº 9529-X – B.B.	25.647,36	100.132,44
Total	454.805,42	1.774.150,81

*Saldo incluindo o valor de R\$ 44.498,13 repassado pela Fazenda, que se refere aos juros dos desembolsos que permaneceram na conta da Fazenda.

3.4. O montante de rendimentos disponível nas contas bancárias é o seguinte: conta nº 82.951.229-BB, US\$ 31.311,68, conta nº 9527-3-BB, US\$ 31.297,02, e conta nº 9529-X-BB, US\$ 283.126,32, totalizando o valor de US\$ 345.735,02.

3.5. O montante disponível nas contas bancárias acima citadas é de US\$ 2.068.735,80.

4. ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

O saldo apresentado no Adiantamento de Fundos em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

COPRE, 18 de Fevereiro de 2016.


Eng. Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais
DEINFRA/SC



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

	US\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	0,00
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B. Rendimentos *	31.311,68
Conta Bancária nº 9527-3 – B.B.	1.723.000,78
Total	1.754.312,46

O saldo disponível nas contas do Adiantamento é de US\$ 1.754.312,46, que não coincide com aquele saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados, devido aos rendimentos de US\$ 31.311,68 que pertencem à contrapartida local.

4.1. Fundos Pendentes de Justificativa ao BID

Em 31 de dezembro de 2015, o montante pendente de justificativa ao BID é de US\$ 4.475.347,85, a ser apresentado ao Banco no exercício de 2016.

4.2. Detalhes sobre o Adiantamento (Antecipos)

Os recursos oriundos do Adiantamento, convertidos para moeda nacional, através de contrato de fechamento de câmbio, ingressam na conta da Secretaria da Fazenda, e posteriormente são transferidos e depositados na conta BANCO DO BRASIL nº 9527-3 - Programa BID VI, até 31 de dezembro de 2015.

5. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL:

O Governo do Estado de Santa Catarina assumiu o compromisso de contribuir com a soma de US\$ 38.017.472,50, como contrapartida local, recursos estes do orçamento do DEINFRA e do Mutuário (Custos Financeiros). Em 31 de dezembro de 2015, o Governo contribuiu com a soma de US\$ 14.742.777,49, equivalente a 38,78% do total comprometido. O saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 82.951.229 – B.B.	31.311,68	122.247,06
Conta Bancária nº 9527-3 – B.B.	31.297,02	122.189,84
Conta Bancária nº 9529-X – B.B.	283.126,32	1.105.381,76
Total	345.735,02	1.349.818,66

Os saldos destas contas bancárias referem-se a ganhos de aplicações financeiras, no valor de US\$ 345.735,02, correspondentes a R\$ 1.349.818,66, obtidos utilizando-se a taxa de câmbio de 31/12/2015, que é 3,9042.

Os recursos da contrapartida local foram repassados pela Secretaria de Estado da Fazenda obedecendo a disponibilidade financeira do Estado e de acordo com a capacidade operacional das empresas contratadas para execução das obras do Programa e pagos pelas contas nºs 801100-1, 822002-6, 800459-5, 9528-1. A conversão de moeda nacional para dólar, foi realizada considerando o câmbio vigente na data da apresentação da solicitação de desembolso ao Banco.

6. AJUSTES:

6.1. Ajuste de Exercício Anterior:

COPRE, 18 de Fevereiro de 2016.


Eng. Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais
DEINFRA/SC



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

6.1.1. Ajuste em Dólar na Demonstração de Fluxo de Caixa – Recursos BID, no valor de US\$ (-) 4.202.573,03 e Recursos de Contrapartida no valor de US\$ (-) 586.455,98, referente a pagamentos efetuados no exercício de 2014, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2015.

6.1.1. Ajuste em Moeda Nacional na Demonstração de Fluxo de Caixa – Recursos BID, no valor de R\$ (-) 10.094.585,71 e Recursos de Contrapartida no valor de US\$ (-) 1.522.087,88, referente a pagamentos efetuados no exercício de 2014, que foram comprovados ao Banco no exercício de 2015.

7. AQUISIÇÕES DE BENS:

Não houve aquisições de bens no exercício.

8. CATEGORIAS DE INVERSÃO:

8.1. Engenharia e Administração: No decorrer do exercício de 2015, foram realizadas despesas administrativas no montante de US\$ 2.033.025,18, na categoria de investimento: 1.2 - Administração do Programa US\$ 2.033.025,18.

8.2. Obras Cíveis e sua Supervisão: Os investimentos realizados em obras cíveis e sua supervisão, foram no montante de US\$ 41.747.756,90, distribuídos nas seguintes sub-categorias: 2.1 – Construção de Rodovias US\$ 4.597.190,88, 2.2 – Pavimentação de Rodovias US\$ 9.666.946,63, 2.3 - Reabilitação de Rodovias US\$ 23.675.529,81, 2.4 – Segurança Viária US\$ 26.876,54 e 2.6 - Supervisão de Obras US\$ 3.781.213,04.

8.3. Fortalecimento Institucional: Os investimentos realizados em fortalecimento institucional no decorrer do exercício de 2015 foram no montante de US\$ 1.134.902,08, distribuído na seguinte sub-categoria: 3.1 – Implantação do Plano Rodoviário Estadual US\$ 181.016,04 e 3.2 – Operação do Sistema de Planejamento Rodoviário US\$ 953.886,04.

8.4. Custos Concorrentes: No exercício de 2015 foi investido na sub-categoria de inversão 4.1 – Desapropriação o montante de US\$ 1.063.063,13.

8.5. Custos Financeiros: No exercício de 2015 os gastos de contrapartida, na categoria de investimentos 5.1 – Juros, foram de US\$ 1.186.361,67 e 5.2 - Comissão de crédito/inspeção sup. gerais, foram de US\$ 370.539,49.

9. DESEMBOLSOS EFETUADOS:

Em 2015 o BID efetuou Desembolsos, totalizando US\$ 25.000.000,00. Esses recursos foram liberados e creditados ao Governo do Estado de Santa Catarina, junto ao Banco do Brasil S/A, agência GECEX Brasília, conta nº 82.951.229-BB.

Os valores desembolsados pelo Banco, registrados no campo recursos recebidos BID, da Demonstração de Fluxo de Caixa Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados, é de US\$ 112.263.657,24, conforme o sumário contábil do BID (LMS-1).

A última solicitação de desembolso incluída no LMS-1 foi a de nº 19, sendo que existem recursos investidos no Programa pendentes de comprovação ao Banco e que foram incluídas nas demonstrações financeiras do exercício de 2015, Justificativa de Adiantamento nº 21.

COPRE, 18 de Fevereiro de 2016.


Eng. Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais
DEINFRA/SC



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

10. CONCILIAÇÃO ENTRE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E A DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS:

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	110.540.656,57	46.407.570,29	156.948.226,86
Demonstrativo de Investimentos Acumulados	110.540.656,57	46.407.570,29	156.948.226,86
Diferença	0,00	0,00	0,00

Após a conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos e o Demonstrativo de Investimentos Acumulados), não apurou-se diferença.

11. CONCILIAÇÃO DO PASSIVO A FAVOR DO BID:

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolso)	112.263.657,24
WLMS (Disbursed Life)	112.263.657,24
Diferença	0,00

Após a conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolso), não apurou-se diferença.

12. CONCILIAÇÃO ENTRE OS REGISTROS DO PROGRAMA E OS REGISTROS DO BID (WLMS-1) POR CATEGORIAS DE INVERSÃO:

Recursos Recebidos BID		112.263.657,24	
CATEGORIAS DE INVERSÃO	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	WLMS-1	DIFERENÇA
1. Engenharia e Administração	6.226.096,85	6.096.101,69	129.995,16
1.1. Estudos e Projetos	0,00	0,00	0,00
1.2. Administração do Programa	6.226.096,85	6.096.101,69	129.995,16
2. Obras Cíveis e Sua Supervisão	103.524.129,22	100.965.187,72	2.558.941,50
2.1. Construção	26.235.913,13	26.038.516,44	197.396,69
2.2. Pavimentação	22.709.490,08	22.401.277,60	308.212,48
2.3. Reabilitação	44.747.802,79	42.956.198,15	1.791.604,64
2.4. Segurança Viária	0,00	0,00	0,00
2.5. Melhorias Ambientais	0,00	0,00	0,00
2.6. Supervisão de Obras	9.830.923,22	9.569.195,53	261.727,69
3. Fortalecimento Institucional	790.430,50	727.019,98	63.410,52
3.1. Implant. Plano Rodoviário Estadual	0,00	0,00	0,00
3.2. Operação do Sistema de Planejamento	790.430,50	727.019,98	63.410,52
TOTAL	110.540.656,57	107.788.309,39	2.752.347,18
Saldo disponível em conta corrente			1.723.000,67
TOTAL			4.475.347,85



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

Após a conciliação entre os Recursos Recebidos do BID e os Registros do BID no (LMS-1), foi constatada uma diferença de US\$ 4.475.347,85, sendo US\$ 2.752.347,18, Solicitação nº 21, pendente de registro, US\$ 1.723.000,67, saldo na conta 9527-3-BB, Banco do Brasil, Agência 3582-3 – Fpolis – Recursos do Empréstimo.

13. CONTINGÊNCIAS:

Não houve registros de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

14. PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO DE 2015, QUE SERÃO APRESENTADOS NAS SOLICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2016:

Recursos BID: pagamentos efetuados no montante de US\$ 2.752.347,18, pendente de comprovação ao Banco, nas seguintes categorias: 1 - Engenharia e Administração – 1.2 – Administração do Programa US\$ 129.995,16, 2 – Obras Cíveis e sua Supervisão – 2.1 – Construção US\$ 197.396,69, 2.2 – Pavimentação US\$ 308.212,48, 2.3 – Reabilitação US\$ 1.791.604,64 – 2.6 – Supervisão de Obras US\$ 261.727,69 – 3 – Fortalecimento Institucional – 3.2 – Operação do Sistema de Planejamento Rodoviário US\$ 63.410,52.

Recursos de Contrapartida Local: pagamentos efetuados no montante de US\$ 4.450.550,44, pendente de comprovação ao Banco, nas seguintes categorias: 1 - Engenharia e Administração – 1.2 - Administração do Programa US\$ 18.195,37, 2 – Obras Cíveis e sua Supervisão – 2.1 – Construção US\$ 1.772.139,11 – 2.2 – Pavimentação US\$ 296.010,91 – 2.3 – Reabilitação US\$ 1.266.793,43, 3 – Fortalecimento Institucional – 3.1 – Implantação do Plano Rodoviário Estadual – US\$ 34.348,49, 4 – Custos Concorrentes – 4.1 – Desapropriações US\$ 1.063.063,13.

15. DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS EM R\$ (REAIS):

No quadro de investimentos acumulados das categorias de inversão, o valor orçado em R\$ (Reais) obteve-se utilizando-se a taxa de câmbio da data de assinatura do contrato de empréstimo.


Eng. Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais
DEINFRA/SC



Empréstimo: Nº DA OPERAÇÃO: 2900/OC-BR
Mutuário: ESTADO DE SANTA CATARINA
Executor: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
Programa: PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE SANTA CATARINA

DETALHE SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO PROGRAMA:

O Custo total do Programa é de US\$ 367,510,000.00 a ser executado num período de 5 (cinco anos).
Em dezembro de 2015, o projeto encontra-se com os seguintes percentuais de avanço físico-financeiro:

SITUAÇÃO FÍSICA: (Até 31 de dezembro de 2015).

CATEGORIA DE INVERSÃO	PREVISTO	CONTRATADO	%	CONCLUÍDO	%
CUSTOS DIRETOS					
PAVIMENTAÇÃO	120 km	88,492 km	73,74	0 km	0
REABILITAÇÃO	200 km	190,066 km	95,03	88,135 km	46,00
CONSTRUÇÃO	40 km	21,721 km	54,30	0 km	0

SITUAÇÃO FINANCEIRA: (De acordo com os Demonstrativos Básicos, em milhares de dólares norte americanos, posição em 31/12/15).

CATEGORIA DE INVERSÃO	PREVISTO	REALIZADO	%
<u>1 - ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO</u>	22,950	6,975	30,39
1.1 - ESTUDOS E PROJETOS	8,500	0,056	0,66
1.2 - ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	14,250	6,919	48,55
1.3 - AUDITORIA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	0,200	0,000	0,00
<u>2 - OBRAS CIVIS E SUA SUPERVISÃO</u>	320,890	138,529	43,17
2.1 - CONSTRUÇÃO	84,205	34,698	41,21
2.2 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	100,820	34,482	34,20
2.3 - REABILITAÇÃO DE RODOVIAS	104,565	56,384	53,92
2.4 - SEGURANÇA VIÁRIA	5,850	0,998	17,06
2.5 - MELHORIAS AMBIENTAIS	5,500	0,000	0,00
2.6 - SUPERVISÃO DE OBRAS	19,950	11,967	59,98
<u>3 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</u>	7,070	2,574	36,41
3.1 - IMPLANTAÇÃO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL	1,500	0,194	12,93
3.2 - OPERAÇÃO DO SIST. DE PLANEJ. RODOVIÁRIO	4,370	2,380	54,46
3.3 - APOIO À SIE E AO DEINFRA	1,200	0,000	0,00
<u>4 - CUSTOS CONCORRENTES</u>	3,500	5,574	159,26
4.1 - DESAPROPRIAÇÃO	1,500	5,574	371,60
4.2 - COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	2,000	0,000	0,00
<u>5 - CUSTOS FINANCEIROS</u>	13,100	3,296	25,16
5.1 - JUROS	11,400	2,132	18,70
5.2 - COMISSÃO DE CRÉDITO/INSP. E SUP. GERAIS	1,700	1,164	68,47

COPRE, 18 de Fevereiro de 2016.

Eng. Flávio Volpato
Consultor de Programas Especiais
DEINFRA/SC

**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)
AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE
SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O
CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE
CARÁTER CONTÁBIL E FINANCEIRO DO PROGRAMA
ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

**Ao: Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)
Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR e do aporte local do Governo do Estado de Santa Catarina, executado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 14 de abril de 2016.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

Em relação à nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas Disposições Especiais e nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, aplicável em 31 de dezembro de 2015. Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos 1 a 5, Cláusulas nºs. 1.01, 1.02, 1.04, 1.06, 1.07, 2.01, 2.02, 3.01(b), 3.04, 3.05, 4.01, 4.01(e)(i), 4.02(b), 4.04, 4.06(a)(ii), 5.01 e 5.02(c), 5.03(a), e as Normas Gerais descritas nos artigos 4.03, 4.05, 7.01(b), 7.03, 7.04(b), 8.01(a)(i) e 8.03.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de

Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem que planejem e executemos a auditoria para obter uma certeza razoável de que o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo, as leis e os regulamentos aplicáveis. A auditoria inclui também o exame, em base de testes, da evidência apropriada. Consideramos que a auditoria proporciona uma base razoável para expressar nossa opinião.

Em nossa Opinião as cláusulas e as disposições de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo foram cumpridas, face ao não conhecimento de fatos ou eventos que caracterizem o descumprimento ou a violação, por parte do Executor.

Florianópolis, 14 de abril de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LEONIR SANTINI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH
Auditor Fiscal de Controle Externo

Revisado.
Florianópolis, 20/04/16.



MICHELLE F. DE CONTO EL ACHKAR
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.
Florianópolis, 20/04/16.



ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Diretor da DAE

CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS E DO REGULAMENTO OPERATIVO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2900/OC-BR – EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 01: Disposições Especiais – Cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.01	Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo	Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Dólares), a seguir denominado “Empréstimo”, para contribuir para o financiamento do Programa.	O Banco disponibilizou desde o início do Programa o montante de US\$ 112.263.657,24, correspondente a R\$ 278.991.955,65, representando 44,90% do total do Empréstimo. Em relação ao exercício de 2015, foi disponibilizado o montante de US\$ 25.000.000,00, correspondente a R\$ 84.780.000,00, representando 10% do total financiado.	Cláusula cumprida
1.02	Solicitação de Desembolsos e Moeda dos Desembolsos	(a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no artigo 4.03 das Normas Gerais. (b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no artigo 5.01 das Normas Gerais.	(a) O Mutuário solicitou ao Banco 01 (um) desembolso durante o exercício de 2015, totalizando US\$ 25.000.000,00. (b) O desembolso ocorrido foi em dólares dos Estados Unidos da América e foi utilizado de acordo com as Políticas de Aquisições do Banco.	Cláusula cumprida
1.04	Prazo para Desembolsos	O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no artigo 3.02(f) das Normas Gerais.	O prazo original para o último desembolso do Banco é 09/01/18.	Não se aplica

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.06	Juros	<p>(a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no artigo 3.03 das Normas Gerais.</p> <p>(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente, nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, a partir de 15 de abril de 2013.</p>	<p>O Mutuário efetuou pagamentos de juros no montante de R\$ 4.199.610,94, correspondente a US\$ 1.186.361,67, nas seguintes datas e valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 13/04/15, R\$ 1.537.086,54, correspondente a US\$ 494.796,89, através do Contrato de Câmbio nº 128764807 de 13/04/15; e • Em 13/10/15, R\$ 2.662.524,40, correspondente a US\$ 691.564,78, pelo Contrato de Câmbio nº 132336972 de 13/10/15. 	Cláusula cumprida
1.07	Comissão de Crédito	<p>O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.</p> <p>OBS: Normas Gerais:</p> <p>ARTIGO 3.04. <u>Comissão de crédito.</u> (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano.</p> <p>(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.</p>	<p>O Mutuário realizou pagamentos de comissão de crédito no total de R\$ 1.275.748,31, correspondente a US\$ 370.539,49, nas seguintes datas e valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em 13/04/15, R\$ 630.194,25, correspondente a US\$ 202.863,11, pelo Contrato de Câmbio nº 128.764.759 de 13/04/15; e • Em 13/10/15, R\$ 645.554,06, correspondente a US\$ 167.676,38, pelo Contrato de Câmbio nº 132.337.004 de 13/10/15. 	Cláusula cumprida
2.01	Custo do Programa	<p>O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 367.510.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e dez mil Dólares).</p>	<p>Até 31/12/15 foram aplicados no Programa o montante de US\$ 156.948.226,86, que representa 42,71% do custo total estimado.</p>	Cláusula cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
2.02	Recursos Adicionais	O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a US\$ 117.510.000,00 (cento e dezessete milhões e quinhentos e dez mil Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.05 destas Disposições Especiais.	O Mutuário disponibilizou desde o início do Programa o montante de US\$ 46.753.305,30, correspondente a R\$ 142.795.697,28, equivalente a 39,79% dos recursos adicionais estimados. No exercício de 2015, foi disponibilizado o montante de US\$ 21.998.673,76, correspondente a R\$ 84.993.710,49, representando 18,72% do total dos recursos adicionais do Programa.	Cláusula cumprida
3.01 (b)	Utilização dos Recursos do Empréstimo	(b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.	Os recursos do Empréstimo foram utilizados somente para pagamento de serviços de empresas originárias dos países membros do Banco.	Cláusula cumprida
3.04	Prazos para o início material das obras	O prazo para o início material das obras compreendidas no Programa será de 3 (três) anos, contados a partir da vigência do presente Contrato.	O prazo final para o início material das obras é 09/01/16. Ofício COPRE nº 64/15, de 10/09/15, solicita prorrogação por 12 meses do prazo do cumprimento da Cláusula 3.04 – Prazo de Início Material de Obras, das Disposições Especiais do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (BR-L1336) O CBR-3215/15, de 21/09/15, manifesta a concordância do Banco com a prorrogação, pleiteada pelo Estado de Santa Catarina, de 09 de janeiro de 2016 para 09 de janeiro de 2017.	Cláusula cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
3.05	Taxa de Câmbio	<p>Para efeito do estabelecido no artigo 4.09(a) das Normas Geras deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (a)(i) do referido artigo.</p> <p>OBS: Normas Gerais:</p> <p>ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a) Para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:</p> <p>(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou</p>	<p>No exercício de 2015, os gastos a débito do empréstimo foram convertidos pela mesma taxa de câmbio dos recursos desembolsados e os gastos a débito do aporte local foram convertidos pela taxa de câmbio da data de apresentação da Solicitação de Desembolso.</p>	Cláusula cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01	Aquisições de Bens e Contratação de Obras e Serviços	As Contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo órgão Executor, e pelas seguintes disposições desta Cláusula: [...]	Os seguintes processos de contratações de obras foram selecionados para revisão: LPI nº 98/13 (Contrato nº 131/14 e aditivos); Concorrência nº 13/13 (Contrato nº 123/13 e aditivos). As Contratações das obras foram efetuadas de acordo com as políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo BID, conforme disposições estabelecidas nos Documentos GN-2349-9.	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01 (e) (i)	Plano de Aquisições	<p><u>Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.</u> As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, e pelas seguintes disposições dessa Cláusula:</p> <p>(e) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:</p> <p>(i) Planejamento das aquisições de bens e contratações de obra e serviços: Antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação de um contrato, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto do Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Esse plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou segundo as necessidades do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão aprovação do Banco. A aquisição de bens e obras deverá ser realizada em conformidade com tal Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e com o disposto no referido parágrafo1.</p>	<p>O DEINFRA enviou ao Banco por meio do Ofício COPRE nº 58/15, de 27/08/15, o Plano de Aquisições - Agosto/2015 do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco, pelo CBR-3258/15, de 23/09/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos desta Cláusula, dando por cumpria a condição contratual.</p> <p>O DEINFRA enviou ao Banco por meio do Ofício COPRE nº 89/15, de 25/11/15, o Plano de Aquisições - Novembro/2015 do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco, pelo CBR-4490/15, de 17/12/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos desta Cláusula, dando por cumprida a condição contratual.</p> <p>As aquisições realizadas no período auditado estavam previstas no Plano de Aquisições revisto e aprovado pelo Banco.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.02 (b)	Relatório Anual de Conservação	<p>Manutenção. O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor:</p> <p>(b) apresentar ao Banco, até 3 (três) anos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório anual de conservação, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções efetuadas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a conservação efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário e o Órgão Executor deverão adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.</p>	<p>Para cumprimento desta condição contratual, o DEINFRA por meio do Ofício COPRE nº 20/15 de 31/03/15, encaminhou ao BID o Relatório Anual de Manutenção – 2014.</p> <p>O Banco pelo CBR-1090/15 de 07/04/15, informou que analisou o referido Relatório e considerou que o mesmo atende aos requisitos da Cláusula 4.02(b) em questão.</p>	Cláusula Cumprida
4.04	Seleção e Contratação de Consultores	<p>A seleção e contratação de consultores financiadas total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo órgão executor, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>[...]</p>	<p>No ano de 2015 foi analisado a SBQC 004/2012 (Contrato nº 004/13).</p> <p>A seleção e contratação de consultores ocorreram conforme disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.06 (a) (ii)	Plano de Capacitação do DEINFRA	<p><u>Condições especiais de execução.</u> (a) No prazo de 6 (seis) meses a contar da data de vigência do presente Contrato, o Mutuário deverá apresentar ao Banco evidência:</p> <p>(ii) da elaboração do plano de capacitação do DEINFRA.</p>	<p>A data que finaliza o prazo de 6 meses é: 09/07/13.</p> <p>O Órgão Executor enviou ao Banco o Ofício COPRE nº 071/15, de 01/10/15, que encaminha o Plano de Capacitação do DEINFRA e da SIE, visando dar cumprimento à cláusula 4.06(a)(ii).</p> <p>O Banco, por meio do CBR-3703/15, de 23/10/15, fazendo referência ao ofício COPRE 071/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos da cláusula 4.06(a)(ii) das disposições especiais do empréstimo 2900/OC-BR. Assim, o Banco dá por cumprida com a referida condição contratual.</p>	Cláusula cumprida
5.01	Registros, Inspeções e Relatórios	O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VIII as Normas Gerais.	O DEINFRA mantém registros, permite a realização de inspeções, apresenta os relatórios exigidos pelo Banco e pela auditoria, mantém um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis e, apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VIII das Normas Gerais.	Cláusula cumprida
5.02 (c)	Relatório de Avaliação Final do Programa	<p><u>Supervisão da execução do programa.</u></p> <p>(c) Para os efeitos do artigo 8.03 das Normas Gerais deste Contrato, o Mutuário deverá apresentar um relatório de avaliação final do programa dentro dos 90 (noventa) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.</p>	O Relatório de Avaliação Final do Programa deve ser apresentado ao Banco até 09/01/18.	Não se Aplica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
5.03 (a)	Demonstrações Financeiras	<p>O Mutuário se compromete a que, diretamente ou através do órgão Executor, se apresentem os seguintes relatórios:</p> <p>(a) Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Programa, devidamente auditadas pelo Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina ou por empresa de auditores independentes.</p>	<p>Para cumprimento deste artigo, o DEINFRA por meio do Ofício COPRE nº 024/15 de 28/04/15, enviou ao Banco o Relatório de Auditoria do exercício de 2014, auditada pelo TCE/SC.</p> <p>O Banco pelo CBR-1561/2015 de 13/05/15, confirmou o recebimento do relatório e considerou cumprido este requisito contratual.</p>	Cláusula cumprida

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, DEINFRA e TCE

Quadro 02: Normas Gerais – Artigos do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.03	Requisitos Para Qualquer Desembolso	Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado; [...]	O Mutuário apresentou ao BID apenas 01 (um) pedido de desembolso durante o exercício de 2015, no valor de US\$ 25.000.000,00, por meio da Solicitação nº 16 de 29/01/15. O pedido de desembolso foi integralmente atendido pelo Banco.	Artigo cumprido
4.05	Procedimento de Desembolso	O Banco poderá efetuar desembolsos da seguinte maneira: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de reembolso de despesas e Adiantamento de Fundos; (b) efetuando pagamentos a terceiros por conta do Mutuário, e de comum acordo; ou (c) mediante outra modalidade que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).	a) No exercício de 2015, o Banco transferiu a favor do Mutuário a quantia de US\$ 25.000.000,00, na modalidade de adiantamento de fundos; b) Não houve pagamentos a terceiros; c) Não houve transferência em outra modalidade.	Artigo cumprido
7.01 (b)	Disposições Gerais Relativas à Execução do Projeto	(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerá de prévio consentimento escrito do Banco.	No exercício de 2015 não houve modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, regulamentos e outros documentos que o banco aprovou ou que dependam de prévio consentimento do Banco.	Não se aplica

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
7.03	Utilização de Bens	Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.	Não houve aquisição de bens com recursos do Empréstimo até 31/12/15.	Não se aplica
7.04 (b)	Recursos Adicionais	(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.	O DEINFRA, por meio do Ofício COPRE nº 015/15, de 24/02/15, enviou ao Banco a Demonstração de Recursos de Contrapartida Local – 2015 e cópia da Lei nº 16.530 de 23/12/14 que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015, o qual demonstra ter recursos suficientes para atender o Programa. O Banco, por meio do CBR-1071/14 de 07/04/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos deste artigo, dando por cumprida a condição contratual.	Artigo cumprido
8.01 (a) (i)	Sistema de Informação Financeira	(a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso;	A Unidade de Coordenação de Programa possui o Sistema Gerencial de Programa de Investimentos (SGPI), implementado pela APPE, que produz informações operacionais, financeiras e contábeis. O SGPI emite relatório de acompanhamento <i>paripassu</i> e o Demonstrativo de Investimento Acumulado (valor previsto para cada categoria de investimento, valor executado no período e valor a executar).	Artigo Cumprido

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
8.03	Relatórios Semestrais de Execução do Projeto	O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, deverá apresentar à satisfação do Banco, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco; e os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.	<p><u>RELATÓRIO DO 2º SEMESTRE DE 2014:</u></p> <p>O Mutuário por meio do Ofício COPRE nº 001/15, de 05/01/15, encaminhou ao Banco o Relatório Semestral nº 22 (Dezembro/2014), versão em arquivo eletrônico, referente ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco através do CBR-154/15, de 19/01/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos deste artigo, dando por cumprida a condição contratual.</p> <p><u>RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DE 2015:</u></p> <p>Por meio do Ofício COPRE nº 036/15, de 02/07/15, o DEINFRA encaminhou ao Banco o Relatório Semestral nº 28 (Junho/2015), versão em arquivo eletrônico, referente ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.</p> <p>O Banco pelo CBR-2348/15, de 16/07/15, informou que analisou os referidos documentos e considera que os mesmos atendem aos requisitos do artigo 8.03 das Normas Gerais e dá por cumprida a condição contratual.</p>	Artigo cumprido

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, DEINFRA e TCE

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

**AUDITORIA DO PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE
SANTA CATARINA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Ao: Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)
Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015 do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 2900/OC-BR e do aporte local do Estado de Santa Catarina, executado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 14 de abril de 2016.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do programa, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, requer-se juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno.

Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Programa, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionado com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria.

As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

As deficiências do Controle Interno consideradas significativas estão identificadas na Carta Gerencial deste Relatório.

Florianópolis, 14 de abril de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI

Auditor Fiscal de Controle Externo



LEONIR SANTINI

Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH

Auditor Fiscal de Controle Externo

Revisado.

Florianópolis, 20/04/16.



MICHELLE F. DE CONTO EL ACHKAR

Auditora Fiscal de Controle Externo

Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.

Florianópolis, 20/04/16.



ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN

Auditor Fiscal de Controle Externo

Diretor da DAE

1. CONTROLE INTERNO DO PROGRAMA

1.1. Entendimento da entidade

1.1.1. Órgão Executor

De acordo com o estabelecido no Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, o executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI) é o DEINFRA.

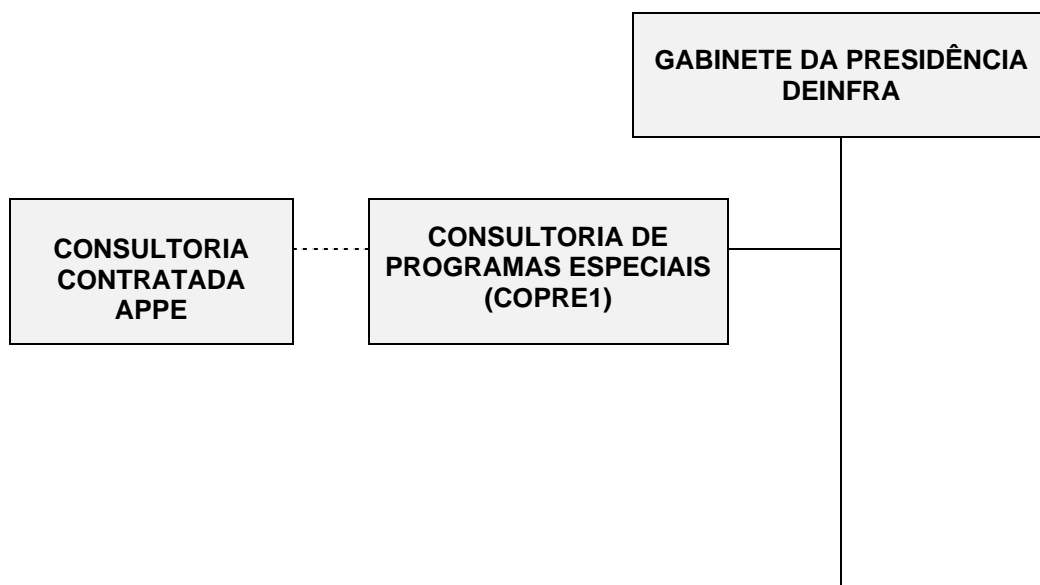
O DEINFRA é uma autarquia instituída pela Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003, com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, operacional, financeira e patrimonial, estando vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura.

1.1.2. Coordenação do Programa

A coordenação do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina está sob a responsabilidade da Consultoria de Programas Especiais (COPRE1), cujo órgão é parte integrante da estrutura organizacional do DEINFRA, conforme Lei Complementar nº 382/2007.

A COPRE1 está diretamente subordinada ao Gabinete do Presidente do DEINFRA, e tem apoio, para o gerenciamento do Programa, da empresa Assessoria para Projetos Especiais Ltda. (APPE)

1.1.2.1. Estrutura da Unidade de Coordenação



1.1.2.2. Atribuições da Unidade de Coordenação

Para proceder à administração do Programa, o DEINFRA mantém uma Unidade de Coordenação que é assessorada pela empresa APPE, contratada conforme exigência da cláusula 4.01(a), das Disposições Especiais, do Contrato de Empréstimo nº 2171/OC-BR (Etapa V). O contrato com a empresa APPE prevê o gerenciamento das Etapas V e VI do Programa.

As atribuições da COPRE1 estão regulamentadas no Regimento Interno do DEINFRA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 1.023, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 13 do Regimento Interno do DEINFRA, compete à COPRE1:

- I - promover o cumprimento das condições estabelecidas em convênios ou acordos firmados pelo DEINFRA com outras entidades das esferas municipal, estadual ou federal objetivando a execução de Programas específicos;
 - II - promover o cumprimento das condições estabelecidas em contratos de empréstimos ou acordos integrantes de Programas firmados com instituições financeiras ou com entidades de apoio ao desenvolvimento, e/ou em Programas de parcerias público/privadas, dos quais o DEINFRA venha a participar;
 - III - promover a condução de Programas especiais do DEINFRA, voltados para áreas específicas de atuação do órgão, representando a autarquia em fóruns, reuniões técnicas e outros;
 - IV - elaborar, acompanhar, monitorar e controlar todas as atividades de caráter físico, financeiro, administrativo e institucional dos Programas, avaliando-as em função de metas estabelecidas e procedendo às reformulações e modificações, quando necessárias, articulando com outros setores do DEINFRA integrados aos Programas;
 - V - representar o DEINFRA e/ou o Governo do Estado junto a instituições financeiras, a órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, direta ou indireta, ou ainda outras entidades envolvidas nos assuntos referentes aos Programas;
 - VI - manter o sistema de informações técnicas, financeiras e administrativas dos Programas;
 - VII - levantar dados e executar estudos sócio-econômicos relativos aos Programas;
 - VIII - executar demais atividades pertinentes ou correlatas, para o pleno desenvolvimento e cumprimento dos Programas;
 - IX - elaborar projetos destinados à obtenção de recursos federais para obras e serviços de infraestrutura, em articulação com a Diretoria de Planejamento e Projetos.
- Parágrafo único. O Presidente do DEINFRA designará o Consultor de Programas Especiais que será responsável pela condução de Programa específico que venha a ser executado pelo DEINFRA, o qual responderá, no âmbito deste Programa e no que couber, por

todas as atividades relacionadas às competências expressas neste artigo.

1.1.2.3. Atribuições da Gerenciadora do Programa

A gerenciadora do Programa APPE tem as seguintes atribuições, conforme contrato nº PJ-084/2009, que remete à Licitação SDP Nº 001/08, Seção V:

- 3.1. Levantamento e estudos para avaliação *ex post* pelo BID;
- 3.2. Apoio ao sistema de planejamento do DEINFRA;
- 3.3. Gerenciamento do Programa BID – Etapas V e VI;
 - 3.3.1. Atualização e operação de um sistema informatizado de controle;
 - 3.3.2. Apoio ao DEINFRA no monitoramento e avaliação dos Programas BID;
 - 3.3.3. Apoio ao DEINFRA nas contratações necessárias à implementação do Programas BID;
 - 3.3.4. Apoio ao DEINFRA nos serviços de supervisão e fiscalização de projetos e obras, aquisições e serviços;
 - 3.3.5. Elaboração de estudos de viabilidade econômica;
 - 3.3.6. Apoio ao gerenciamento ambiental do DEINFRA;
 - 3.3.7. Supervisão dos serviços ambientais dos contratos de obras;
 - 3.3.8. Elaboração do Informe Resumido de Execução do Programa;
 - 3.3.9. Apoio à elaboração da avaliação *ex post* dos Programas;
 - 3.3.10. Relatórios a serem elaborados pela Gerenciadora;
- 3.4. Apoio ao DEINFRA para a preparação do Programa BID VI;
 - 3.4.1. Estudos econômicos, de engenharia e de transportes;
 - 3.4.2. Estudos ambientais;
 - 3.4.3. Estudos institucionais e financeiros;
 - 3.4.4. Estudos de conservação;
 - 3.4.5. Relatórios a serem elaborados pela Gerenciadora.

1.1.2.4. Procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração financeira do Programa

Os procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração do Programa não estão formalizados. Contudo, o Regimento Interno do DEINFRA descreve as atribuições das diversas Diretorias, Gerências e da Consultoria de Programas Especiais (COPRE1). Além disso, na prática, conforme verificado *in loco*, após os níveis de gerência existem os níveis setoriais de divisões, nos quais se constata a segregação das diversas funções envolvidas, com níveis de autoridades especificados.

2. COMPONENTES DO CONTROLE INTERNO

De acordo com a metodologia definida pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras (COSO – *Committee of Sponsoring Organizations*), são componentes inter-relacionados do controle interno: o ambiente de controle, a avaliação de riscos; a informação e comunicação; as atividades de controle; e o monitoramento dos controles.

2.1. Ambiente de Controle

Este componente dita o “ritmo” da organização, influenciando a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. É a base dos demais componentes. Os elementos do Ambiente de Controle são, entre outros: integridade pessoal e profissional e valores éticos do quadro de empregados ou servidores; comprometimento com a competência, responsabilidades e resultados; estrutura organizacional da entidade; políticas e práticas de recursos humanos.

O Programa tem organograma formal que representa a estrutura organizacional, contemplando definição sobre nível de reporte/hierarquia, delegação de autoridade e de responsabilidades, respeitando o Princípio da Segregação de Funções, com amparo na Lei Complementar nº 382/2007, que criou a Consultoria de Programas Especiais (COPRE1).

No que se refere ao controle interno, existe, no âmbito do DEINFRA, a Consultoria de Controle e Gestão (CONGE), que é um setor formado por servidores que fazem auditoria do órgão. Dentre suas atribuições, estão o planejamento e realização de auditorias internas nas áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial, de informática, de gestão e de obras e serviços, previstas no Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna - PAAAI, emitindo a Solicitação de Ação Corretiva - SAC, sempre que couber

O Estatuto dos Servidores do Estado, Lei nº 6.785/65, é aplicado à Gerência do Programa. O referido estatuto trata, entre outros assuntos, sobre: integridade e ética profissional; direitos e obrigações; competências; políticas de recursos humanos, treinamentos e capacitações; avaliação periódica etc.

2.2. Avaliação de Risco

O componente em questão se caracteriza quando da análise e identificação dos riscos relevantes para a consecução dos objetivos, e determina a base para definir como os riscos devem ser administrados. Avaliar riscos significa identificar eventos que possam impactar os objetivos da entidade, mensurar a probabilidade e o impacto de sua ocorrência, bem como dar resposta adequada a estes riscos.

O executor não possui uma ferramenta específica para avaliação dos riscos relevantes, porém utiliza uma Matriz de Resultados com um indicador de Impacto Geral e Indicadores de Resultados para os componentes do Programa. A Matriz é atualizada anualmente e as ações são informadas ao Banco por meio de relatórios mensais e semestrais de acompanhamento.

Convém ressaltar que essa matriz não substitui o processo de avaliação de riscos. Este objetiva a identificação de riscos significativos e iniciação de planos, programas ou ações para mitigá-los, caso ocorram, sendo que os indicadores da Matriz de Resultados são utilizados para acompanhamento da evolução físico-financeiro da execução do Programa.

Periodicamente os especialistas do BID se reúnem com a Coordenação e a Gerenciadora do Programa para avaliarem a sua execução. O resultado desta reunião é formalizado no documento chamado “Ajuda Memória”, que apresenta o resumo dos assuntos discutidos e os compromissos assumidos pelas partes para solucionarem as inconsistências encontradas.

2.3. Atividades de Controle

Este componente pode ser definido por Políticas e procedimentos para assegurar que as diretrizes da administração sejam seguidas. As Atividades de Controle incluem: procedimentos de autorização e aprovação; controles gerenciais; processamento da informação; controles físicos; indicadores de desempenho; segregação de funções etc.

2.3.1. Atividades do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA)

a) Aplicação de Recursos

O Consultor do Programa controla as aquisições com base no Plano de Aquisições (PA) e solicita aos setores competentes a abertura dos processos licitatórios. O PA é flexível, podendo ser atualizado a qualquer momento, desde que seja autorizado e publicado no site do Banco.

Após a seleção da empresa pelo processo licitatório, formaliza o contrato com o prestador/fornecedor e emite a ordem de serviço ou de compra, quando for contratação de serviços/obras ou aquisição de bens, respectivamente. No caso de obras, a medição dos quantitativos de serviços executados é realizada mensalmente. Os dados dessas medições são inseridos pela empresa supervisora num banco de dados (sistema eletrônico administrado pelo CIASC e controlado pelo DEINFRA). Esse sistema possibilita a impressão de resumos (medições), cujos documentos são assinados pelo engenheiro fiscal do DEINFRA, pelo engenheiro da supervisão da obra e pelo engenheiro da empreiteira, e remetidos à Diretoria de Obras e Transportes do DEINFRA.

Nessa Diretoria, a Gerência de Obras e Transportes aprova as medições e a Gerência de Contratos confere se os serviços estão de acordo com o contrato. Cabe à Gerência de Contratos, ainda, liquidar o empenho no sistema e autorizar a empreiteira a emitir a fatura.

Após aprovação, remete à Diretoria de Administração, que solicita à Empresa a emissão da Nota Fiscal e a apresentação dos documentos que comprovem a regularidade fiscal. De posse destes documentos, abre-se um procedimento administrativo numerado (processo) para cada Nota Fiscal, incluindo Nota de Empenho, de Liquidação e Ordem de Pagamento.

b) Origem de recursos

Com referência aos recursos externos, o DEINFRA, através de seu Presidente e do Consultor de Programas Especiais, representantes designados pelo Governador do Estado para solicitar desembolsos da conta do empréstimo, remete o documento “Solicitação de Desembolso” à Representação do BID, em Brasília/DF. O Banco, até o limite dos recursos do

empréstimo, recompõe a conta designada por meio da modalidade Adiantamento de Fundos.

Quando liberado tais recursos (em dólares), são depositados na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, EUA, conta corrente nº 82.951.229, em nome do Governo do Estado de Santa Catarina. Após, o Coordenador da COPRE1 solicita à Secretaria da Fazenda que requisiute ao Banco do Brasil (BB) de Blumenau-SC, Agência nº 2.309-4, o contrato de câmbio para transferir os recursos para o País. Assim, os recursos são transferidos, em moeda nacional, para o Banco do Brasil em Florianópolis, para a conta corrente nº 2900-9, de titularidade do Governo do Estado, para fins contábeis e de controle. Somente após os devidos registros é que a SEFAZ/SC transfere os recursos do empréstimo para a conta corrente específica do Programa, em nome do DEINFRA. Esta conta é a de número 9.527-3, Agência 3.582-3, a qual é administrada pelo DEINFRA.

Quanto aos créditos orçamentários dos recursos próprios, a Secretaria de Estado da Fazenda disponibiliza créditos orçamentários no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef). Após este procedimento, o DEINFRA empenha e liquida as despesas no mesmo sistema. O Tesoureiro do DEINFRA confere os procedimentos de pagamento (processo administrativo) e emite a ordem de pagamento no Sigef. A ordem de pagamento é impressa e assinada pelo ordenador da despesa (Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade) e o Presidente do DEINFRA.

2.3.2. Atividades da Secretaria de Estado da Fazenda

a) Controle da Dívida

A Secretaria de Estado da Fazenda emite um quadro analítico-descritivo denominado “Posição da Dívida Pública Fundada - Dívida Externa”, que discrimina os valores recebidos no mês anterior, no mês a que se refere e a posição acumulada. Também são emitidos o “Demonstrativo de Pagamentos da Dívida Fundada Interna e Externa” e o “Demonstrativo de Operações de Créditos”, sendo que este discrimina o valor do contrato, valor recebido, valor a receber, tanto em moeda original como em moeda nacional.

b) Empenhamento/Pagamento da Dívida e Encargos do Empréstimo

A Secretaria de Estado da Fazenda recebe as correspondências do BID, informando o valor a ser pago em moeda estrangeira, a título de Juros, Comissões de Crédito e Amortizações. A SEFAZ/SC, através da Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública (DICD), solicita e autoriza o Banco do Brasil a fazer o contrato de câmbio. O valor, na moeda local, é debitado na Conta Única do Governo do Estado de Santa Catarina. O empenhamento, os registros contábeis e o arquivamento dos comprovantes são feitos pela Gerência da Dívida Pública (GEDIP), também da SEFAZ/SC, a qual remete as cópias dos pagamentos relacionados aos custos financeiros do Programa à COPRE1 do DEINFRA.

2.4. Informações e Comunicações

Informações e Comunicações se traduzem na identificação, captura e troca de informações de forma que os empregados e servidores cumpram suas responsabilidades. A habilidade da administração de tomar decisões corretas é afetada pela qualidade da informação, que deve ser apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. A comunicação eficaz deve fluir pela estrutura inteira da organização ou órgão.

Diante disso, observa-se que a comunicação, no âmbito do Programa, é feita mediante Ofícios, CBRs (documento oficial de comunicação externa do BID) e e-mails corporativos, da base do servidor do DEINFRA.

O sistema de processamento de dados do Mutuário e do Órgão Executor é administrado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), uma Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Estadual.

A Diretoria de Administração do DEINFRA lança os dados nos referidos sistemas e emite os relatórios do Programa Rodoviário de Santa Catarina, que são posteriormente remetidos à Consultoria de Programas Especiais, no prazo máximo de 03 dias. A Unidade de Coordenação do Programa possui o Sistema Gerencial de Programa de Investimentos (SGPI), implementado pela APPE, que produz informações operacionais, financeiras e contábeis oportunas e confiáveis. O SGPI emite relatório de acompanhamento

pari passu e o Demonstrativo de Investimento Acumulado (valor previsto para cada categoria de investimento, valor executado no período e valor a executar).

Quanto ao sistema de TI do Programa, o controle é exercido por empresa terceirizada, via APPE (Assessoria para Projetos Especiais), no *Cloud Server* (virtual), que funciona como um armazenamento de dados, no qual poderão ser acessados remotamente de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora. O uso desse modelo (ambiente) é mais viável e prático do que o uso de unidades físicas. Além disso, todas máquinas também têm seu antivírus instalado.

Além disso, as cópias de segurança e restaurações são feitas pelo método DUMP (tipo de backup que importa e exporta os dados). A TI da APPE realiza backup diário, com cópia no *Cloud Server*. A vantagem da utilização do método DUMP é que a cópia de segurança pode ser realizada a partir de qualquer hospedeiro remoto que possua acesso ao banco de dados. Além disso, a consultora responsável pela TI do Programa também realiza cópias de segurança em sua máquina.

2.5. Monitoramento

Este componente é o processo que avalia a qualidade do desempenho dos controles internos ao longo do tempo. Envolve a avaliação do desenho e da tempestividade das operações dos controles e a tomada de decisões corretivas. A auditoria interna participa do Monitoramento quando avalia diferentes partes do controle interno de uma entidade e relata as fraquezas à Administração, com recomendações para que se operem melhorias.

Como relatado no item 2.1, todas as atividades realizadas no âmbito do DEINFRA são auditadas pela CONGE. Quaisquer inconsistências encontradas nas áreas contábil, financeira, operacional, patrimonial, de informática, de gestão e de obras e serviços são informadas à Diretoria competente para realização da ação corretiva.

O DEINFRA possui 02 sistemas para monitoramento do fornecimento de materiais e de prestação de serviço, sendo o Sistema de Quantitativos e Medição (SQM) para Obras e Sistema de Contratos, Consultoria, Fiscalização e Projetos (CCO) para Supervisão.

Conclusão

Diante do entendimento do Sistema de Controle Interno do DEINFRA, mediante inspeções e análise das respostas de questionário, o qual fomentou a matriz de análise de riscos de auditoria, destaca-se que este órgão, conforme já apontado no Relatório de Auditoria de 2014, carece de contratação e treinamento de pessoal (exigências contratuais), tanto na área meio, quanto na finalística, o que poderia ser sanado por meio de realização de concurso público e de cursos de capacitação. Entretanto, em conformidade com a justificativa (Ofício 071/15) do Responsável pela Consultoria de Programas Especiais, estes atos não dependem apenas do órgão, mas também de ação do Governo do Estado, que se encontra em uma conjuntura econômico-financeira desfavorável.

Apesar do exposto, os controles aplicados pelo Executor para mitigar os riscos são considerados satisfatórios, uma vez que a Consultoria de Programas Especiais (COPRE1), com o auxílio da Assessoria para Projetos Especiais (APPE), atende, conforme já exposto, de maneira geral, aos principais requisitos exigidos pelo BID, bem como aos Componentes do COSO I.

3. CARTA GERENCIAL

Nesta Carta Gerencial são analisados aspectos relativos à existência de litígios ou reclamações que possam afetar de maneira relevante as demonstrações financeiras, relatados os achados de auditoria do exercício de 2015, assim como o atendimento das recomendações dos auditores relativas ao segundo Relatório de Auditoria do Programa, referente ao exercício de 2014.

3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações

Para identificar a existência de litígios e/ou reclamações, aplicou-se o procedimento de Indagação, que compreende a obtenção de informações dos advogados acerca de passivos contingentes relativos ao Programa de Infraestrutura Logística de SC. Deste modo, solicitou-se à Consultoria de Programas Especiais (COPRE1), por meio do Ofício nº 22.635/2015, de 07/12/15, que encaminhasse uma Carta de Indagação à Procuradoria Geral do Estado requerendo informações sobre o Programa.

A Procuradoria Geral do Estado, por meio do Ofício PGE nº 318/2016, de 31/03/16, informou ao TCE/SC que:

Da análise da relação de fornecedores relativos ao Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina – ETAPA VI – identificados até 31/12/2015 e vinculados ao Contrato de Empréstimo nº 2900/OC/BR, há ações pendentes, envolvendo o Estado de Santa Catarina.

Os números dos processos e valores discutidos estão relacionados na tabela em anexo, e destaco que há grande probabilidade de condenação do Estado de Santa Catarina nas ações trabalhistas.

Contudo, ao verificar os valores envolvidos nas ações, constatou-se que são irrelevantes em relação ao valor total a ser aplicado no Programa. Desta forma, mesmo ocorrendo a condenação do Estado nessas ações, os valores envolvidos não afetarão de maneira relevante as demonstrações financeiras.

3.2. Avaliação do Cumprimento da Recomendação do Exercício Anterior

Em atenção à recomendação constante no Relatório de Auditoria do exercício de 2014, o DEINFRA apresentou, por meio do Ofício N.º 330/2015, de 03/06/15, as seguintes informações e esclarecimentos:

3.2.1. Proceder a apuração do custo dos mourões efetivamente fixados ao longo da obra de reabilitação do trecho da SC 114, Painel – São Joaquim, para compensação dos valores pagos a maior, seja com a colocação de novos mourões ou ajuste no contrato com o fornecedor para que não reste prejuízo ao erário.

Em atendimento à recomendação, o DEINFRA substituiu a braçadeira de arame comum pela braçadeira de arame liso de ferro galvanizado nº 16, conforme previsto no Projeto de Obras Complementares – Projeto de Cercas. Da mesma forma, providenciou a colocação de novos mourões entre os vãos existentes, para cumprimento do quantitativo de mourões previstos para o trecho.

Para comprovação das correções realizadas, o Engenheiro Fiscal de Obras do DEINFRA apresentou um Relatório com registros fotográficos das braçadeiras de arames substituídas e dos mourões adicionais.

Diante das providências tomadas para correção dos fatos relatados, considera-se atendida a recomendação contida no Relatório de Auditoria do Exercício de 2014.

3.3. Achado da Auditoria do Exercício de 2015

3.3.1. DESAPROPRIAÇÕES

3.3.1.1. Processos Administrativos de Desapropriações sem a devida escrituração da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do DEINFRA, em inobservância ao disposto nos arts. 1.227 e 1245, § 1º e 2º do Código Civil Brasileiro.

O Estado de Santa Catarina (Mutuário) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco) firmaram o Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, em 09/01/2013, com objetivo de cooperar na execução do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviária de Santa Catarina – Etapa VI), que consiste na melhoria das condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual, mediante a reabilitação e melhoramento da infraestrutura urbana e de transporte.

A execução do Programa e a utilização dos recursos do empréstimo outorgado pelo Banco serão efetuadas totalmente pelo Mutuário, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), cuja capacidade legal e financeira para atuar nessa qualidade é atestada pelo Mutuário.

O custo do Programa foi estimado em US\$ 367.510.000,00, cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento está indicada no quadro “Custo e Financiamento” constante do item III, subitem 3.01 do Anexo Único do Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR.

Este quadro prevê, nas categorias de Investimentos, no item 4 - Custos Recorrentes, subitem 4.1 – Desapropriações, o valor estimado de US\$ 1.500.000,00 de investimentos pelo Mutuário (Recurso Local).

Isto posto, quando da realização dos procedimentos de Auditoria em 08/09/14, tomou-se aleatoriamente para verificação dois Processos Administrativos de Desapropriação: nº **23076/2013**, de 10/10/2013, no valor de R\$ 700.074,14 e nº **3096/2014**, de 20/02/2014, no valor de R\$ 185.616,00.

Na análise desses Processos, verificou-se que os mesmos já estavam encerrados/liquidados, ou seja, os valores referentes a estas desapropriações já haviam sido pagos aos expropriados em 16/05/2014, por meio da Ordem Bancária nº 2014OB70960. Entretanto, não constava nos processos, documentos que comprovassem o envio para registro imobiliário.

Todavia, constatando-se que não havia sido providenciada a escrituração da propriedade dos bens desapropriados em nome do DEINFRA, nos Cartórios de Registro de Imóveis das suas respectivas Comarcas, a equipe de auditoria alertou a administração do Programa para a imprescindível necessidade desses registros e ressaltou que a matéria seria objeto de verificação mais aprofundada, quando da análise das Demonstrações Financeiras do exercício seguinte.

Deste modo, nos procedimentos de Auditoria relativos ao exercício de 2015, foram solicitados para verificação do registro da propriedade dos imóveis em Cartório, os 02 (dois) Processos mencionados acima, bem como foram selecionados aleatoriamente para análise, mais 02 (dois) Processos de

Desapropriações, de números: **18006/2013**, de 12/08/13, no valor de R\$ 97.284,95 e **19847/2013**, de 02/09/2013, no valor de R\$ 160.752,20.

Da análise dessas 04 (quatro) desapropriações, constatou-se que havia sido providenciada a regularização, no Cartório de Registro de Imóveis, dos Processos nº **23076/2013** e **3096/2014**, nas seguintes datas: 03/02/2015 e 29/10/2014, respectivamente. Quanto aos Processos nº **18006/2013** e nº **19847/2013**, apurou-se que não estavam ainda finalizados, pois encontravam-se em discussão judicial no Tribunal de Justiça de SC.

Assim, considerando que ficou prejudicada a análise do procedimento de registro das propriedades dos imóveis, haja vista que dois Processos selecionados estavam em via judicial de discussão, optou-se por ampliar a amostra, selecionando-se por julgamento do Auditor, mais 03 (três) Processos de Desapropriações para verificação.

No dia 13/10/15, por meio do Ofício DAE nº 18.668/2015, solicitou-se ao DEINFRA, com objetivo de embasar a Auditoria, que fossem apresentados no prazo de 15 dias, os documentos originais individualizados dos processos administrativos para indenização de desapropriações, incluindo a Certidão da Escritura em Cartório de Registro de Imóveis, em nome do DEINFRA, assim como a comprovação da contabilização patrimonial do terreno, relativos aos Processos de Desapropriações nºs: **25529/2013**, de 20/11/13, no valor de R\$ 205.731,52; **13803/2012**, de 02/07/12, no valor de R\$ 147.000,00 e **15107/2012**, de 16/07/12, no valor de R\$ 65.000,00.

Posteriormente, o DEINFRA, por meio do Ofício nº 915/2015, protocolado neste Tribunal em 10/11/2015, solicitou prorrogação de prazo por 30 dias para conclusão da escrituração dos imóveis. O pedido foi deferido e comunicado ao interessado pelo Ofício DAE nº 21.048/2015 em 12/11/2015.

No dia 07/12/2015 o DEINFRA protocolou o Ofício nº 1022/2015, solicitando prorrogação de prazo por mais 30 dias, sendo o pedido atendido e comunicado por meio do Ofício DAE nº 22.853/2015 em 09/12/2015.

Já em 05/02/2016, novamente foi solicitado prorrogação de prazo por mais 30 dias, pelo Ofício nº 078/2016 protocolado neste Tribunal sob o nº 001559/2016. Desta vez, considerando a necessidade de concluir os trabalhos de auditoria, o pedido foi deferido parcialmente e concedido prazo de 15 dias,

em caráter improrrogável, o que foi comunicado ao DEINFRA pelo Ofício DAE nº 1.024/2016 em 15/02/2016.

Na data de 11/03/16, o DEINFRA apresentou toda a documentação solicitada pela Auditoria.

Pela análise da documentação apresentada, verificou-se que os Processos nºs **138803/2012** e **15107/2012** tratavam-se apenas de indenizações de benfeitorias, não havendo, nestes casos, necessidade de registros imobiliários.

Quanto ao Processo de Desapropriação nº **25529/2013**, constatou-se que o pagamento ao expropriado ocorreu em 20/11/13 e somente em 19/02/2016 foi protocolado o pedido de escrituração da propriedade da área de terra expropriada, no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do DEINFRA. A certidão com o registro da desapropriação foi emitida no dia 01/03/2016.

Porém, diante de todo o exposto, infere-se que só foi providenciada a escrituração da propriedade no Cartório daqueles imóveis relativos aos Processos de Desapropriações solicitados pela Auditoria para análise, quando essa condição deveria ser uma prática administrativa fundamental e de caráter tempestivo, visto que alguns processos já estavam finalizados a mais de 1(um) ano.

Nesta avaliação, cabe ressaltar que embora os bens imóveis tenham sido declarados de utilidade pública por Decreto Estadual, desapropriados mediante Processos constituídos legalmente pelo DEINFRA e com suas indenizações pagas aos expropriados, mediante seus aceites e quitações, o Código Civil Brasileiro dispõe claramente em seus artigos nºs 1.227, 1.245, 1.246 e 1.247, que os direitos reais e a propriedade sobre imóveis só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos e que enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser considerado como dono do imóvel.

Código Civil Brasileiro

Art. 1.227. Os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247), salvo os casos expressos neste Código.

[...]

Seção II

Da Aquisição pelo Registro do Título

Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel.

§ 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.

Art. 1.246. O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.

Art. 1.247. Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o interessado reclamar que se retifique ou anule.

Parágrafo único. Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.

Para melhor ilustração desse assunto, é oportuno citar parte do texto “**Quem não registra não é dono**”, publicado na Revista Jus Navigandi, Teresina, nº 3241, de 16/05/2012¹ de autoria de Josiane Wendt Antunes Mafra:

Quem não registra não é dono

É muito conhecida aquela parêmia que diz “quem não registra não é dono”, mas há quem desconheça o seu real significado e alcance junto à sociedade brasileira.

De fato, o Código Civil brasileiro (CCB) dispõe, em seu art. 1.227, que “os direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por ato entre vivos, só se adquirem com o registro no Cartório de Registro de Imóveis dos referidos títulos (arts. 1.245 a 1.247)”, o que implica que, enquanto não registrado o título hábil a transferir a propriedade junto ao cartório competente, o alienante continuará sendo visto como o dono do bem, o que pode acarretar situações bastante desagradáveis ao adquirente, já que permanecerá na condição de mero possuidor.

É o que aconteceu, por exemplo, com uma importante empresa do setor de agronegócio, situada no nordeste brasileiro, que, inconformada por não ter sido comunicada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do conteúdo de um decreto presidencial que declarava o seu imóvel como sendo de interesse social para fins de reforma agrária, e, portanto, passível de desapropriação, ajuizou um Mandado de Segurança contra o Presidente da República, tendo indeferida a liminar pleiteada. Como justificativa à sua decisão, a Ministra Hellen Gracie argumentou que a comunicação dos atos foi feita a quem de direito, ou seja, à pessoa considerada proprietária do bem imóvel junto ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis (STF, 2009).

Ora, não é suficiente a celebração de uma promessa de compra e venda (leia-se aqui, também, permuta ou outra forma de alienação), nem mesmo a outorga da escritura definitiva de compra e venda para

¹ MAFRA, Josiane Wendt Antunes. [Quem não registra não é dono](#). Revista Jus Navigandi, Teresina, [ano 17, n. 3241, 16 maio 2012](#).

Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21789>>

que o adquirente do bem imóvel seja considerado o seu proprietário. Tais documentos constituem, unicamente, um primeiro e importante momento na relação negocial, mas não são hábeis a transferir, de fato, a propriedade, que, como visto acima, somente se dará com o posterior registro da escritura definitiva junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente. Isto é o que determina o art. 1.245, também do CCB, senão vejamos:

Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis.

§1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como o dono do imóvel.

Aliás, neste sentido é importante observar que, conforme assevera o art. 118 deste mesmo diploma legal, “não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País”, razão pela qual nem mesmo a própria promessa de compra e venda é suficiente para visar à transferência da propriedade, sendo indispensável que, antes de ser o bem imóvel encaminhado para registro, seja outorgada, ao adquirente, uma escritura definitiva de compra e venda. Esta é que constituirá o instrumento hábil à posterior transmissão da propriedade junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

[...]

Outrossim, para corroborar com a premissa desta Auditoria, se faz necessário relatar a conclusão do Juiz-Corregedor Luiz Henrique Bonatelli, quando do seu Parecer sobre a petição que o Estado de Santa Catarina ingressou na Corregedoria-Geral da Justiça (*Autos nº 0013080-46.2014.8.24.0600 – Ação: Pedido de Providências*), narrando ter contratado financiamentos para implantação de 1.500 quilômetros de rodovias, além da restauração da malha viária já existente. O agente financiador exigia, quando amigável a desapropriação, o registro imobiliário da respectiva escritura pública. O DEINFRA, autarquia responsável pelas expropriações, encontrava dificuldades no registro das escrituras públicas de desapropriação consensual, notadamente pela necessidade de que a escritura contemplasse, além da descrição (medidas e confrontações) da área desapropriada, também a descrição completa da área remanescente, assim como a prévia retificação de área do imóvel sobre o qual recaía a parcela desapropriada, quando aquele (área maior) encontrava-se com descrição incompleta ou deficiente no registro. Essa exigência tem fundamento no disposto no art. 784, § 1º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O Estado requereu a revogação deste dispositivo.

O Juiz-Corregedor opinou pela expedição de circular aos registradores de imóveis do Estado de Santa Catarina, orientando-os, nos casos de registro de escritura pública de desapropriação consensual, havendo descrição precisa da área expropriada, **seja dispensada a exigência contida no §1º, do art. 784 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça** (grifo nosso).

A Corregedoria-Geral em Decisão nos Autos nº 0013080-46.2014.8.24.0600, em 27/11/2014, acolheu a conclusão do parecer do Juiz-Corregedor Henrique Bonatelli e expediu a Circular nº 309/CGJ, de 02/12/2014, aos registradores de imóveis do Estado, orientando sobre a dispensa da exigência em epígrafe.

Nota-se que a Decisão de dispensa dessas exigências veio com o intuito de facilitar e simplificar o registro da propriedade dos imóveis amigavelmente desapropriados pelo Estado. Portanto, neste contexto, desde o final do exercício de 2014, o DEINFRA estava livre dessas exigências burocráticas e legais que travavam o registro imobiliário das áreas adquiridas consensualmente, não justificando a existência em 2016 de Processos já encerrados/liquidados a mais de um ano, sem o devido encaminhamento ao Cartório competente.

Em virtude dessas considerações, concedeu-se ao DEINFRA a oportunidade para apresentar os esclarecimentos que julgasse necessários.

Opinião do Auditado

A opinião do auditado constitui elemento relevante para melhor avaliação dos fatos e situações apuradas.

Por meio do Ofício DAE nº 3.313/2016, de 17/03/16, foi concedido o prazo de 10 dias para que o DEINFRA apresentasse os esclarecimentos que julgasse necessários sobre este achado de Auditoria.

No entanto, o Executor não manifestou interesse em prestar esclarecimentos adicionais.

Comentários e Considerações da Auditoria

Considerando que o Órgão Executor optou por não apresentar esclarecimentos adicionais sobre este achado, pressupõem-se a sua concordância com o apontado pela Auditoria.

Portanto, recomenda-se ao Executor que nos processos administrativos para desapropriações, após o pagamento aos expropriados, seja providenciada a devida escrituração da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do DEINFRA, em observância ao disposto nos arts. 1.227 e 1245, § 1º e 2º do Código Civil Brasileiro.

3.3.2. OBRAS RODOVIÁRIAS

3.3.2.1. Defeito na pista de rolamento da obra de reabilitação da rodovia SC-480: São Lourenço do Oeste – São Domingo

Realizou-se vistoria em 29/09/15 na obra de reabilitação do trecho da rodovia SC-480: São Lourenço do Oeste – São Domingos, referente ao Contrato PJ-330/2012, celebrado entre o DEINFRA e o Consórcio T.V./Castellar (constituído pelas empresas TV – Técnica Viária Construções Ltda. e Castellar Engenharia Ltda.).

O Contrato PJ-330/2012, celebrado entre o DEINFRA e o Consórcio T.V./Castellar, determina:

Seção V – Condições Gerais do Contrato (CGC)

55 Conclusão

55.1 O Empreiteiro deverá solicitar que o Gerente do Projeto emita um Certificado de Conclusão das Obras, e o Gerente do Projeto o fará quando decidir que as Obras estão concluídas.

[...]

Seção VI - Condições Especiais do Contrato (CEC):

CGC 55.1 O Empreiteiro deverá apresentar, junto com sua solicitação de emissão do Certificado de Conclusão de Obras, um Termo de Garantia das Obras pelo prazo mínimo de 5 anos, correspondente ao Período de Responsabilidade Civil, conforme determina o Art. 618 da Lei 10.416/02. O Certificado de Conclusão de Obras será constituído pelo Termo de Recebimento Provisório das Obras emitido pela Agência Contratante, em cuja data de emissão se inicia o período de Responsabilidade Civil. (grifo nosso)

Neste sentido, e assumindo um caráter supletivo às leis de direito público, o Código Civil de 2002, no artigo 618, assim preconiza:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Por sua vez, compete ao DEINFRA promover ações que mantenham as rodovias em condições adequadas de operação (infraestrutura de transportes), conforme Lei Complementar nº 382, de 07 de maio de 2007, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA:

Art. 3º Ao DEINFRA compete, em conformidade com seu objetivo institucional:

[...]

III - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, estudos, projetos, planos, programas, construção, conservação, restauração, reconstrução, melhoramento, ampliação e operação da infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado, incluída a recuperação de áreas de interesse da Defesa Civil;

Ocorre que, durante a vistoria foi constatado defeito na pista de rolamento da obra de reabilitação da rodovia SC-480, trecho São Lourenço do Oeste – São Domingos, com presença de trincas longitudinais/ transversais e depressão na coordenada geográfica 26°26'30,50" Sul, 52°41'53,77" Oeste.

Registra-se que o defeito existente tende a aumentar com a passagem de veículos na faixa contígua e a ação da intempérie. Outrossim, o defeito acarreta diminuição de fluxo de veículos, bem como a demora de solução implica maior custo de reparação.

A seguir, registro fotográfico do defeito relatado:

Quadro 1: Defeito na obra Reabilitação SC-480, trecho: São Lourenço do Oeste – São Domingos



Foto DSCN1256: Presença de trincas longitudinais/transversais e depressão no pavimento coordenadas geográficas: -26°26'30.50", -52°41'53.77".



Foto DSCN1257: Presença de trincas longitudinais/transversais e depressão no pavimento coordenadas geográficas: -26°26'30.50", -52°41'53.77".

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Não foi possível identificar quando ocorreu a trinca, mas considerando a presença de vegetação, conclui-se que não é recente. Ademais, tendo em vista a existência de sinalização e o depósito de material asfáltico ao longo da trinca para evitar a infiltração de água, conclui-se que o DEINFRA deva ter ciência do ocorrido e esteja buscando a restauração do pavimento junto ao construtor por meio da execução da garantia da obra (sem ônus para o Estado).

Nesse sentido, solicita-se o esclarecimento quanto às medidas tomadas para a restauração do pavimento, a fim de afastar a responsabilidade pela ineficiência desidiosa no exercício das atribuições do serviço público estadual, bem como a reparação do dano, tendo em vista que a inexecução da garantia poderá ensejar prejuízo ao erário.

Opinião do Auditado

O DEINFRA através da fiscalização solicitou relatório de vistoria e fotos da ocorrência à empresa de Consultoria Iguatemi, que acompanham a presente informação.

A fiscalização com base no conhecimento detalhado do projeto que se constitui no objeto do Contrato de Restauração do referido trecho informou que no local desta ocorrência não foram previstos serviços de terraplanagem e drenagem, constando apenas serviços de fresagem do pavimento antigo e a sua recomposição com revestimento em concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ).

A fiscalização relatou por e-mail de 08/03/2016 que a ocorrência aconteceu há aproximadamente um ano após a conclusão dos serviços de reabilitação do pavimento, durante um período excepcional de chuvas na região, provocando o adensamento da faixa lateral do corpo do aterro e consequentes trincas no pavimento.

O DEINFRA não buscou a recuperação do pavimento junto a empresa construtora por conta da garantia, por saber que o objeto do contrato PJ 330/2012 não contou, naquele local, dos serviços de drenagem e terraplanagem necessários para a recuperação do aterro.

Com a conclusão das obras de restauração o trecho voltou a receber a manutenção rotineira do DEINFRA, motivo pelo qual o local está sinalizado e com a presença de material asfáltico nas trincas na tentativa de evitar infiltração de água, até que se viabilize uma recuperação concreta da ocorrência.

O referido defeito do trecho São Lourenço do Oeste - São Domingos está incluído num grupo de ocorrência a recuperar na malha rodoviária estadual, a partir do qual será eleita uma relação de prioridades para compor um programa de pontos críticos com recursos alocados.

Comentários e Considerações da Auditoria

Diante das justificativas do DEINFRA, inicialmente observa-se que a execução da garantia da construtora prestadora do serviço de reabilitação da rodovia ficou prejudicada pelo motivo do contrato não contar, naquele local, com serviços de drenagem e terraplanagem, que agora se tornam necessários para recuperação da rodovia.

Ora, percebe-se que o Contrato PJ-330 foi assinado em 2012, baseado em um Projeto de Restauração realizado no período de 16/10/02 a 14/11/02, pela empresa PROSUL Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda.

Portanto, como se pode notar, o serviço de reabilitação da rodovia foi realizado com base em projeto desatualizado, uma vez que o tempo decorrido entre a elaboração do projeto e a realização da obra ultrapassa 10 anos.

Dentre os fatores que poderiam modificar o projeto para realização da obra de reabilitação em 2012, estão: o desenvolvimento da região, o volume e tipo de carga transportada no pavimento (que provavelmente não são os mesmos de 10 anos atrás), bem como a atualização dos estudos e projetos em geral, principalmente de tráfego, hidrológico e geotécnico, que poderiam apontar outros pontos críticos não previstos em 2002.

Assinale, ainda, que não se trata somente de identificar que houve o recalque em fundação de aterro, com a ruptura do pavimento, mas de levantar o agente causador do dano ao patrimônio público e apontar o responsável pela ausência da sua mitigação. Se o problema foi o excesso de chuvas na região, poderia ter sido prevista com estudos hidrológicos atualizados, que

possivelmente apontariam para a necessidade de drenagens ou outros procedimentos de engenharia que reduziriam o impacto no solo, evitando o adensamento da faixa lateral do corpo do aterro.

Também, se faz necessário resguardar o erário, para tanto o Executor se torna responsável e, para que este tipo de situação não volte a ocorrer, o Executor deve evitar em futuros contratos a execução e recuperação de obras com base em projetos com defasagem de tempo, refazendo novos estudos ou atualizando os projetos já existentes, para garantir que o contribuinte não arque novamente com o ônus de recuperar uma rodovia que acabou de ser reabilitada.

Enseja-se que o Agente Financeiro Internacional, na fase de preparação do Programa, quando da análise das obras que integrarão o primeiro Plano de Aquisições, também poderia contribuir, alertando o Executor sobre o longo período entre a elaboração do Projeto e a realização da obra, prevenindo a ocorrência de problemas dessa natureza.

Isto posto, recomenda-se ao DEINFRA que somente utilize projetos atualizados para realização de obras rodoviárias, reduzindo o risco da necessidade de recuperar uma rodovia recém reabilitada.

4. Resumo das Recomendações da Auditoria do exercício de 2015

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com o Executor do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina, recomendam-se as seguintes providências:

4.1. Ao Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA):

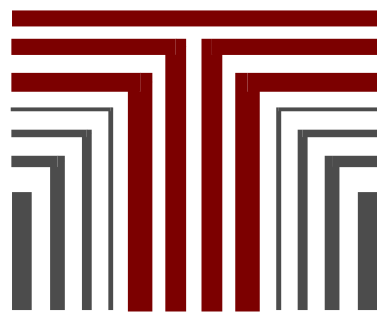
4.1.1. Que nos processos administrativos para desapropriações, após o pagamento aos expropriados, seja providenciada a devida escrituração da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do DEINFRA, em observância ao disposto nos arts. 1.227 e 1245, § 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, conforme item 3.3.1.1 deste Relatório.

4.1.2. Que somente utilize projetos atualizados para realização de obras rodoviárias, reduzindo o risco da necessidade de recuperar uma rodovia recém reabilitada, conforme item 3.3.2.1 deste Relatório.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES

Backup	Cópia de segurança
Cloud Server	Servidor localizado em sítio eletrônico destinado a arquivar dados.
Contrapartida Local	Recursos que devem ser fornecidos pelo Mutuário (Estado).
Contrato	Designa o Contrato de Empréstimo.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo nº 2900/OC-BR, que foi firmado em 09/01/13 entre o Estado de Santa Catarina e o BID, com aval da União, destinado ao financiamento do Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina.
Demonstrações Financeiras	Demonstrativos elaborados pelo Órgão Executor, visando evidenciar a situação financeira do Programa em cada exercício, incluindo todos os recursos recebidos (origens) e todas as aplicações, sobre as quais a Auditoria emite parecer.
Dump	Tipo de <i>backup</i> que importa e exporta os dados
Entidade	Autarquia Estadual (DEINFRA)
Empréstimo	O mesmo que Contrato de Empréstimo.
Executor	O mesmo que Órgão Executor.
Mutuário	A parte que celebrou o contrato de Empréstimo e que recebe os recursos (Estado de Santa Catarina).
Obra	Denominação utilizada para identificar um trecho rodoviário.
Órgão Executor	Entidade encarregada de executar o Programa (DEINFRA, conforme Lei Complementar nº 244/03).
Paripassu	Participação do contratante nos investimentos, nas diversas categorias de inversão.
Pavimentação	Serviços de implantação e pavimentação dos trechos rodoviários, compreendendo terraplenagem, obras de arte correntes e revestimento asfáltico.
Projeto	O mesmo que Programa.
Reabilitação	Restauração de pista, sinalização de pista, restauração do acostamento e drenagem de pavimento.
Rodovia	Segmento rodoviário identificado por código, podendo compreender diversos trechos, alguns incluídos no Programa.
Supervisão de Obras	Subcomponente de despesas referentes à contratação de empresas especializadas para realizar supervisão e fiscalização dos projetos rodoviários executados pelas empreiteiras.
Trecho	Segmento de rodovia incluído no Programa.

APÊNDICE



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

EXERCÍCIO DE 2015

Contrato PJ-330/2012 - Reabilitação da rodovia SC-480, trecho: São Lourenço do Oeste – São Domingos, com extensão de 47,175 km

A vistoria *in loco* iniciou-se pelo Município de São Domingos (final do trecho) no perímetro urbano do município e terminou no Município de São Lourenço do Oeste.

Constatou-se que o quadro geral da obra é bom, com exceção da presença de trincas longitudinais/ transversais e depressão no pavimento coordenadas geográficas: -26°26'30.50", -52°41'53.77", como relatado no item 3.3.2.1. deste Relatório.

A seguir quadro comparativo das inspeções realizadas em 03/10/13 e 29/09/15.

Quadro 1: Comparativo vistorias realizadas em 03/10/13 e 29/09/15, reabilitação SC-480, trecho: São Lourenço do Oeste – São Domingos

2013	2015
 <p>Foto 100_7259: Vista do pavimento recuperado, defensas e sarjetas executadas, km 48+200.</p>	 <p>Foto DSCN1197: Vista do pavimento recuperado, defensas e sarjetas executadas, coordenadas geográficas: -26°33'19.40", -52°32'11.25".</p>
 <p>Foto 100_7298: Reconstrução da ponte sobre o rio Saudades, perímetro urbano de Galvão, km 27+100.</p>	 <p>Foto DSCN1243: Ponte reconstruída sobre o rio Saudades, perímetro urbano de Galvão, coordenadas geográficas: -26°27'25.08", -52°41'16.40".</p>

2013	2015
 <p>Foto 100_7301: Vista do pavimento recuperado, perímetro urbano de Galvão, km 26+560.</p>	 <p>Foto DSCN1252: Vista do pavimento recuperado, sinalização realizada e iluminação instalada, perímetro urbano de Galvão, coordenadas geográficas: -26°27'16.11", -52°41'27.27".</p>
 <p>Foto 100_7320: Perímetro urbano do município de Jupiá, remendos executados, km 17+760</p>	 <p>Foto DSCN1271: Perímetro urbano do município de Jupiá, pavimento recuperado e sinalizado, coordenadas geográficas: -26°23'49.42", -52°43'47.12".</p>
 <p>Foto 100_7335: Execução e recuperação de ponte sobre o rio São Lourenço, km 9+200.</p>	 <p>Foto DSCN1290: Ponte sobre o rio São Lourenço, coordenadas geográficas: -26°23'51.00", -52°47'47.08".</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

As trincas encontradas no pavimento - coordenadas geográficas: - 26°26'30.50", -52°41'53.77", durante à inspeção, estão demonstradas a seguir:

Quadro 2: Defeito na obra Reabilitação SC-480, trecho: São Lourenço do Oeste – São Domingos



Foto DSCN1256: Presença de trincas longitudinais/transversais e depressão no pavimento coordenadas geográficas: -26°26'30.50", -52°41'53.77".



Foto DSCN1257: Presença de trincas longitudinais/transversais e depressão no pavimento coordenadas geográficas: -26°26'30.50", -52°41'53.77".

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato PJ 123/2013 – Execução dos trabalhos rodoviários de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte correntes, sinalização, obras complementares, obras de contenção e meio ambiente na rodovia SCT-480, trecho: Chapecó – Goio En, numa extensão de 19,960 km

A vistoria *in loco* iniciou-se no trevo de acesso ao aeroporto Serafim Bertaso até final do trecho, isto é, ponte sobre o rio Uruguai, divisa dos Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Constatou-se que o quadro geral da obra é bom, não sendo encontradas desconformidades com as boas práticas construtivas que fossem consideradas relevantes.

Quadro 01: SCT-480, trecho: Chapecó – Goio Em

	
<p>Foto DSCN1315: Início do trecho, trevo de acesso ao aeroporto Serafim Bertaso, coordenadas geográficas: -27°08'09.57", -52°36'57.47".</p>	<p>Foto DSCN1342: Vista da rodovia, coordenadas geográficas: -27°08'49.52", -52°37'13.27".</p>
	
<p>Foto DSCN1351: Vista da rodovia, pavimentação, sinalização e drenagem realizados, coordenadas geográficas: -27°09'34.75", -52°37'41.07".</p>	<p>Foto DSCN1353: Vista da rodovia, pavimentação, sinalização e drenagem realizados, coordenadas geográficas: -27°09'56.73", -52°37'55.42".</p>







	
<p>Foto DSCN1366: Vista da rodovia, distrito Marechal Bormann, coordenadas geográficas: -27°11'41.83", -52°38'51.54"</p>	<p>Foto DSCN1374: Vista da rodovia, á direita, acesso à Nova Aurora e, à esquerda, acesso à Serrinha, coordenadas geográficas: -27°13'04.43", -52°40'02.46".</p>
	
<p>Foto DSCN1360: Vista da rodovia, interseção para o distrito Marechal Bormann, coordenadas geográficas: -27°11'02.52", -52°38'38.93".</p>	<p>Foto DSCN1365: Vista da rodovia, distrito Marechal Bormann, coordenadas geográficas: -27°11'41.83", -52°38'51.54"</p>
	
<p>Foto DSCN1388: Vista da rodovia, muro gabião executado, coordenadas geográficas: -27°14'35.01", -52°41'05.82"</p>	<p>Foto DSCN1395: Vista da rodovia, interseção do km 159+600, coordenadas geográficas: -27°16'40.15", -52°41'20.95".</p>



Foto DSCN1408: Vista da rodovia, final do trecho, coordenadas geográficas: -27°16'50.12", -52°41'34.18".



Foto DSCN1416: Vista da rodovia, final do trecho, início da ponte sobre o rio Uruguai, coordenadas geográficas: -27°16'50.12", -52°41'34.18".

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato PJ-131/2014 - Reabilitação da Rodovia SC-486, trecho: BR-101 – Brusque, com extensão de 20,906 km, de acordo com o Projeto de Engenharia

A vistoria *in loco* iniciou-se no trecho próximo ao trevo de entroncamento com a BR-101 até a cidade de Brusque.

Constatou-se que o quadro geral da obra é bom, não sendo encontradas desconformidades com as boas práticas construtivas que fossem consideradas relevantes.

Quadro 01: Reabilitação da Rodovia SC-486, trecho: BR-101 – Brusque

	
<p>Foto DSC0991: Início do trecho, próximo ao trevo de entroncamento com BR-101, obras em andamento, coordenadas geográficas: -26°56'20.65", -48°42'14.41".</p>	<p>Foto DSC1006: Frente de trabalho para execução de viaduto, interseção km 1+850, coordenadas geográficas: -26°56'36.98", -48°42'53.20".</p>
	
<p>Foto DSC1034: Corte em talude com banquetamento, coordenadas geográficas: -26°57'06.17", -48°45'31.69".</p>	<p>Foto DSC1037: Execução de terraplenagem, coordenadas geográficas: -26°57'06.17", -48°45'31.69".</p>



Foto DSC1045: Moldagem de superestrutura, interseção km 6+580, coordenadas geográficas: -26°57'07.16", -48°45'33.49".



Foto DSC1053: Execução de estaqueamento e blocos, interseção km 6+580, coordenadas geográficas: -26°57'07.16", -48°45'33.49".



Foto DSC1075: Escritório da empreiteira, coordenadas geográficas: -26°57'11.21", -48°45'38.74".



Foto DSC1118: Execução de galeria, coordenadas geográficas: -26°57'48.55", -48°46'31.96".

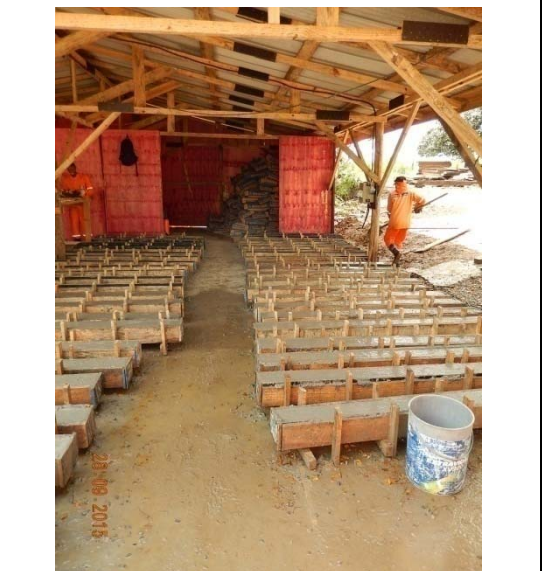


Foto DSC1105: Canteiro da empreiteira, moldagem de mourões, coordenadas geográficas: -26°57'11.21", -48°45'38.74".



Foto DSC1123: Limpeza do terreno, coordenadas geográficas: -26°57'48.27", -48°46'32.31".



Foto DSC1150: Limpeza do terreno, barreiras de siltagem, coordenadas geográficas: -27°00'49.55", -48°49'50.63".

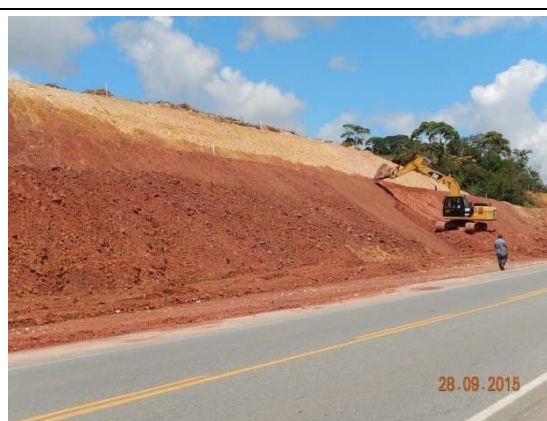


Foto DSC1161: Corte em talude, coordenadas geográficas: -27°01'07.30", -48°50'20.90".

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina